

INTERESSE NACIONAL

ANO 13 • NÚMERO 51 • OUTUBRO – DEZEMBRO 2020

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Brasil, Potência Agroambiental: Presente e Futuro da Sustentabilidade

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Do Dilema de Tucídides às Hostilidades Sino-Americanas

Sergio Amaral

A Autorreforma do Supremo

Joaquim Falcão

João Carlos Cochlar

Transformação ESG: O Papel das Grandes Empresas e de Cadeias Produtivas Integradas

Carolina da Costa

Rodrigo Castro

O Impasse Sobre Monumentos e Obras de Arte Racistas

André Cáceres

Raça e Eleições: a Importância de Incluir Mais Negros na Representação Política

Luiz Augusto Campos

Cultura no Governo Bolsonaro: Avaliação e Ajustes

Ronaldo Bianchi

A Política e a Estratégia Nacional de Defesa

Rubens Barbosa



“O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional”

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente



IRICE)) Instituto de Relações Internacionais
& Comércio Exterior

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2413 – Sobreloja – Conj.B – Jardim Paulistano
São Paulo – SP – 1452-000 – Tel. 11 3039 63 32 – irice@irice.com.br

www.irice.com.br

INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 13 • Número 51 • Outubro–Dezembro de 2020

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Leda Paulani
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luis Fernando Figueiredo
Cláudio Lembo	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Cláudio R. Barbosa	Miguel Lago
Daniel Feffer	Raymundo Magliano
Demétrio Magnoli	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ricardo Santiago
Gabriel Cohn	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto
José Luis Fiori	

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2020

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

.....

ANO 13 • NÚMERO 51 • OUTUBRO-DEZEMBRO DE 2020

6 Apresentação

ARTIGOS

9 Brasil, Potência Agroambiental:

Presente e Futuro da Sustentabilidade

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, diz que o Brasil enfrenta desafios enormes na Amazônia: conflitos fundiários, extração ilícita de recursos naturais, insegurança jurídica, pobreza e, em especial, desmatamento ilegal. Porém, segundo ela, a agropecuária não é o “principal elemento propulsor” nessa dinâmica. Para Tereza Cristina, além da preocupação com a política ambiental, existem outras motivações por trás da pressão internacional sobre o Brasil que ajudam a explicar o empenho em depreciar o modelo brasileiro: interesses comerciais protecionistas, que temem a competitividade e o avanço do agronegócio brasileiro.

11 Do Dilema de Tucídides às

Hostilidades Sino-Americanas

SERGIO AMARAL

O artigo aborda as estratégias de política externa dos EUA para a China nos últimos governos e destaca a política de

contenção adotada pelo presidente Donald Trump, com uma escalada de ações contra Pequim. Só as eleições presidenciais de novembro poderão sinalizar os novos rumos, diz o autor. Ou a continuidade de sanções, que levaria a um agravamento do conflito e ao risco de um acidente de percurso; ou, ao contrário, a progressiva redução das tensões para levar, com o tempo, à construção de um modus vivendi entre as duas grandes potências do século 21.

19 A Autorreforma do Supremo

JOAQUIM FALCÃO

JOÃO CARLOS COCHLAR

Os autores destacam no artigo seis “possíveis pontos de reforma” institucional do STF: fim das decisões monocráticas; fim do plantonismo; pauta fixa e previsível; restrição de pedidos de vista; limitação do foro privilegiado; e aprovação da PEC da segunda instância. A pesquisa Justiça em Números, publicada pelo CNJ, referente ao ano-base de 2019, indica que existem no sistema judiciário brasileiro cerca de 77,1 milhões de processos aguardando decisões. O número é alto, mas houve progresso. Conseguiu-se reduzir o acervo em 1,5 milhão de processos. Há praticamente 1 processo para

*cada 3 brasileiros. “Um volume inad-
ministrável sem reforma mais profun-
da.” Um obstáculo é o atual desenho
institucional, que “provoca incentivos
perversos às partes e a seus advogados,
que se retroalimentam”.*

23 Transformação ESG: O Papel das Grandes Empresas e de Cadeias Produtivas Integradas

CAROLINA DA COSTA

RODRIGO CASTRO

*Apesar de o termo e o conceito ESG (go-
vernança ambiental, social e corporati-
va) já circularem há algumas décadas
entre acadêmicos e lideranças de vários
tipos de instituições, o atual contexto de
fragilidade econômica e social provoca-
do pela pandemia da Covid-19, somado
à pressão de grandes investidores inter-
nacionais fez com que novos holofotes
se voltassem com intensidade ao tema,
afirmam os autores. Boas práticas atre-
ladas à produção atraem investimentos.
De acordo com relatório recente (2020)
do Conselho Empresarial Brasileiro pa-
ra o Desenvolvimento Sustentável (CE-
BDS), créditos de carbono advindos da
preservação da Amazônia poderiam
render US\$ 10 bilhões/ano.*

28 O Impasse sobre Monumentos e Obras de Arte Racistas

ANDRÉ CÁCERES

*Ativistas que defendem a derrubada de
estátuas de figuras que tenham exaltado
um passado de opressão, como foi a es-
cravidão, consideram que atos como*

*esses não são exemplos de vandalismo,
relata o autor. Segundo Cáceres, uma
via menos radical – entre derrubar es-
tátuas e mantê-las como estão – seria a
intervenção crítica nessas obras. “Nes-
se caso, a ação a ser tomada varia de
acordo com cada obra individualmente,
levando em conta suas especificidades
históricas, estéticas e até urbanísticas.
O tributo a um traficante de escravos se
torna uma ode à luta antirracista, algo
mais útil à causa do que uma estátua no
fundo de um rio, que nada faria pela
conscientização das futuras gerações
quanto ao flagelo do racismo.”*

33 Raça e Eleições: a Importância de Incluir Mais Negros na Representação Política

LUIZ AUGUSTO CAMPOS

*O Tribunal Superior Eleitoral decidiu,
em agosto, impor regras mais equâni-
mes para a distribuição de recursos de
campanha e do tempo de televisão para
candidaturas pretas e pardas. O Tribu-
nal entendeu que as regras de financia-
mento aplicadas às candidatas mulhe-
res pelo STF, em 2017, valiam também
para as candidaturas negras, embora
não tenha criado uma cota como aquela
existente desde 2009 para as candida-
tas. A decisão será válida a partir das
eleições de 2022. “A ausência de ne-
gros e negras reflete não apenas as de-
sigualdades raciais existentes na socie-
dade, mas também o acesso desigual
deles a recursos de campanha, como
dinheiro e tempo de televisão.”*

39 Cultura no Governo Bolsonaro:

Avaliação e Ajustes

RONALDO BIANCHI

Após 18 meses de governo, o setor de cultura foi rebaixado de ministério para secretaria, abrigada em dois ministérios, e está no quarto dirigente. O desmonte se concretiza por alguns fatores, destacados pelo autor: inépcia, agressões, ofensas à reputação de artistas, liderança inapta, cultura não estratégica, categoria cultural vista como inimiga e dificuldade em nomear uma equipe resolutiva. “Podemos concluir que ocorreram avanços nas eras Vargas, Sarney, FHC, Lula e Dilma, com a criação de estruturas e formatos de financiamentos. Porém, não houve definição de uma proposta de política pública. Temer paralisou a cultura e Bolsonaro a está afundando.” O autor propõe criar uma lei que defina o que é prioritário para o investimento público e a reativação do Fundo Nacional de Cultura.

44 A Política e a Estratégia Nacional de Defesa

RUBENS BARBOSA

O Executivo nacional encaminhou ao Congresso três documentos relacionados com a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco da Defesa Nacional. Por sua importância, diz o autor, esses documentos deveriam ser elaborados por um Conselho de Alto Nível, integrado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por representantes da Câmara dos Deputados e do Senado e por representantes do Ministério da Defesa e do Itamaraty. “O documento não deveria tratar de outros temas que não seja o lugar do Brasil no mundo e seus objetivos nacionais, no contexto de um projeto de país. O resultado deveria ser amplamente debatido pelo Congresso Nacional.”

Apresentação

.....

A última edição de 2020, ano marcado pela maior pandemia dos últimos 100 anos, por retração econômica, desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade, traz o olhar de especialistas sobre outros temas atuais de interesse nacional: Amazônia e desmatamento; agropecuária e sustentabilidade; governança social, ambiental e corporativa; racismo e movimentos antirracistas; desmonte da cultura no governo Bolsonaro; conflito comercial e tecnológico entre os EUA e a China; política e estratégia nacional de defesa; e propostas para dar mais eficiência ao Supremo Tribunal Federal por meio de uma reforma institucional.

Pela importância econômica do agronegócio, e também por estar no centro das discussões sobre como produzir sem avançar na destruição da floresta amazônica, abrimos este número com o artigo da ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ampliam as análises sobre o assunto, com enfoque em sustentabilidade, mercado financeiro, investidores e consumidores, Carolina da Costa, sócia da Mauá Capital e conselheira Latam da Solidaridad, e Rodrigo Castro, diretor de País da Solidaridad Brasil.

Para a ministra da Agricultura, “a afirmação de que o Brasil é uma potência agro-

ambiental não é marketing. A agricultura brasileira respira sustentabilidade”. Segundo ela, as pressões internacionais contra o País servem aos objetivos do protecionismo das outras potências agrícolas.

“O mercado global de produtos agropecuários, que correspondeu a cerca de US\$ 1,1 trilhão em 2019, deverá crescer substancialmente nos próximos anos, despertando a cobiça dos maiores países e blocos exportadores. O Brasil detém apenas cerca de 7% desse mercado, mas representa uma forte ameaça por seu potencial de crescimento”, diz Tereza Cristina, reconhecendo que a agropecuária “desempenha um papel” na atual dinâmica na Amazônia: conflitos fundiários, extração ilícita de recursos naturais, insegurança jurídica, pobreza e, em especial, desmatamento ilegal”. Porém, segundo ela, a agropecuária não é o “principal elemento propulsor”. Os problemas da Amazônia, diz, são ocupação territorial desordenada, apropriação indevida de terras públicas, dificuldade de atuação do Estado e ausência de um modelo efetivo de exploração sustentável do enorme potencial bioeconômico da região.

O artigo de Carolina da Costa e Rodrigo Castro mostra exemplos de produção sustentável no bioma Amazônia. “Territórios

Inclusivos e Sustentáveis” é um projeto realizado no assentamento rural Tuerê, em Novo Repartimento, no Pará – um dos maiores assentamentos rurais do mundo, com 170 mil hectares e mais de 3 mil famílias. Iniciado em 2015, concilia floresta, cacau e pecuária. Atualmente, mais de 225 pequenos produtores recebem assistência técnica da Solidaridad para implementar práticas de baixo carbono, como intensificação produtiva e restauração produtiva de pastagens degradadas, informam os autores. O fato é que “uma economia de baixo carbono passou a ser foco não apenas da agenda ambientalista, mas de todos aqueles que lidam com mapeamento dos riscos climáticos e ambientais, uma vez que afeta significativamente setores produtivos de alto impacto econômico”, destacam.

O outro assunto desta edição é a nova geopolítica do século 21, com a emergência da China e o conflito comercial e tecnológico com os EUA. Um conflito com rumos incertos, a depender da eleição presidencial americana em novembro, em que concorrem o presidente Donald Trump e o democrata, ex-vice-presidente, Joe Biden. Trump recebeu de especialistas e assessores um cenário de liderança da China em setores estratégicos e, por isso, resolveu adotar uma política para Pequim de contenção explícita, com uma escalada de ações, escreve Sergio Amaral, ex-embaixador do Brasil nos EUA.

“A longa lista de sanções e retaliações recíprocas, que se estendeu inclusive ao fechamento de consulados, ilustra as várias áreas de uma escalada de hostilidades em curso. Só as eleições presidenciais de novembro poderão sinalizar os novos rumos. Ou a continuidade de sanções, que levaria a um agravamento do conflito e ao risco de um acidente de percurso; ou, ao contrário, a

progressiva redução das tensões para levar, com o tempo, à construção de um *modus vivendi* entre as duas grandes potências do século 21”, diz o autor.

O protagonismo do STF na pandemia é mencionado no artigo de Joaquim Falcão, professor titular de Direito Constitucional da FGV Direito Rio, e João Carlos Cochlar, pesquisador da FGV. Na pandemia, afirmam, o Supremo tomou decisões importantes para manter o Estado Democrático de Direito. “Enfrentou com sucesso os ataques autoritários do presidente da República, assegurou aos governadores e prefeitos a autonomia federativa e está combatendo com destemor a organização criminosa das *fake news*, alimentada com dinheiro público.” Além disso, tomou decisões em favor da população indígena nesta crise sanitária.

Entretanto, para ser mais eficiente, o Supremo precisaria de uma reforma institucional, não relacionada ao conteúdo de suas decisões, mas sim com o processo decisório. Os autores destacam “seis possíveis pontos de reforma”, entre eles, acabar com as decisões monocráticas e com o “plantonismo”.

O problema racial – com uma sequência de crimes cometidos pela polícia americana contra negros, entre eles o de George Floyd, em maio, e a destruição de estátuas de figuras ligadas a um passado de opressão – é outro tema deste número. O artigo de André Cáceres, escritor, jornalista e crítico literário, trata do impasse sobre monumentos e obras de arte racistas.

O caso mais emblemático, menciona, foi a remoção da estátua de Edward Colston (1636-1721), em Bristol, na Inglaterra, no dia 7 de junho. O monumento em bronze, de 1895, recentemente foi retirado pelos manifestantes e lançado nas águas do rio Avon. Ocorre que Colston, membro do par-

lamento inglês e filantropo, fez sua fortuna com o comércio de tecidos, frutas, bebidas e escravos.

“Bansky, codinome de um artista inglês que mantém anonimato, propôs que a estátua de Colston fosse retirada do rio Avon, recolocada em seu pedestal e que outras estátuas, dos manifestantes que a derrubaram, fossem erigidas ao redor dela, eternizando o momento de sua queda. Esse é apenas um exemplo de intervenção, mas as possibilidades são muitas”, diz Cáceres.

O artigo sobre a importância de incluir mais negros na representação política é assinado pelo professor de sociologia e ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Augusto Campos. Segundo ele, “existem boas razões para defender medidas que incrementem a participação de pretos e pardos nas esferas decisórias, bem como de mulheres. Primeiro, porque a composição da representação política não reflete apenas as preferências dos eleitores, mas também as restrições presentes na própria competição eleitoral”. Nas eleições de 2018, candidatos brancos receberam, em média, R\$227 mil, enquanto pardos, R\$112 mil, e pretos, R\$89 mil.

Cultura tem sido uma das áreas mais polêmicas da gestão Bolsonaro. Após 18 meses de governo, o setor foi rebaixado de ministério para secretaria, abrigada em dois ministérios e está no quarto dirigente. Um verdadeiro desmonte, conclui Ronaldo Bianchi, que foi secretário-adjunto da Cultura do Estado de São Paulo e vice-presidente do Itaú Cultural. O desmonte, segundo ele, se deve à inépcia, agressões a artistas, liderança inapta, falta de uma proposta mínima de política pública e a inex-

plicável dificuldade em nomear uma equipe eficiente.

Concluimos a edição com um texto sobre a política e a estratégia nacional de defesa. Três documentos sobre o assunto foram encaminhados ao Congresso Nacional. Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador em Londres e Washington, diz que cabe indagar se esses documentos respondem aos novos desafios de um mundo em rápida transformação e à perda de protagonismo do país no entorno estratégico. Segundo Barbosa, há várias lacunas. Por exemplo, “nada se menciona sobre as consequências do ângulo da Defesa da iniciativa chinesa da nova rota da seda (*Belt and Road Initiative*) na América Latina”. Outros elementos estratégicos deveriam ter merecido exame dos documentos: a nova doutrina da Otan inclui seu âmbito não só no Atlântico Norte, mas também no Atlântico Sul, área de direto interesse do Brasil.

Depois de 13 anos como editora da Interesse Nacional, a jornalista Maria Helena Tachinardi deixa, por motivos pessoais, a editoria da Revista. O trabalho sério, competente e dedicado de Maria Helena em muito contribuiu para o êxito da Interesse Nacional. Cabem o reconhecimento e a gratidão pela eficiência no desempenho de suas tarefas ao longo de todos esses anos. Maria Helena deixou sua marca.

Como nova editora, a partir da próxima edição, assume a jornalista Marili Ribeiro, com passagens pelas publicações Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e O Estado de S.Paulo. Marili foi também diretora de comunicação da presidência da OAB-SP.

OS EDITORES

Brasil, Potência Agroambiental: Presente e Futuro da Sustentabilidade

.....

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

Vinte e dois bilhões de reais foi a economia proporcionada em 2019 pelo uso da fixação biológica de nitrogênio em vez de fertilizantes provenientes de combustíveis fósseis na cultura de soja no Brasil. Esse constitui apenas um entre muitos exemplos de como a agricultura tropical brasileira preserva a natureza e reduz impactos sobre o clima ao mesmo tempo em que fornece alimentos de qualidade para o Brasil e para o mundo.

Em pouco menos de 50 anos, a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico transformaram o cerrado brasileiro, uma área de solos de baixa fertilidade e poucas perspectivas econômicas, em uma das regiões mais produtivas do mundo, com grande potencial para o abastecimento da população mundial nas próximas décadas. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), entre 1977 e 2018, a produção agrícola brasileira cresceu quase 425%, enquanto a área utilizada aumentou menos de 43%. Esse desempenho derrubou o preço médio dos produtos da cesta básica, beneficiando grande parte da população brasileira, e transformou o Brasil de país

importador líquido de alimentos no terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários.

A excelência desse modelo é cada vez mais reconhecida nos meios científico e acadêmico e se reflete nas crescentes exportações do agronegócio para quase 200 países. No entanto, frequentemente a imagem que prevalece junto à opinião pública internacional é de que a agricultura brasileira avança às custas da derrubada da maior floresta tropical do mundo e do uso indiscriminado de defensivos agrícolas, comprometendo o futuro de toda a humanidade. A realidade é mais complexa do que se propaga.

Efetivamente, o Brasil enfrenta desafios substanciais na Amazônia: conflitos fundiários, extração ilícita de recursos naturais, insegurança jurídica, pobreza e, em especial, desmatamento ilegal. Contudo, embora não se possa negar que a agropecuária desempenhe um papel nessa dinâmica, ela não constitui seu principal elemento propulsor.

Os problemas da Amazônia estão ligados, sobretudo, a uma conjuntura socioeconômica de ocupação territorial desordenada, apropriação indevida de terras públicas e dificuldade de atuação do Estado, associada à ausência de um modelo efetivo de exploração sustentável do enorme potencial bioeco-

.....
TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS é ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

nômico da região que se contraponha às alternativas ilícitas de ganhos de curto prazo.

O governo brasileiro reconhece esse quadro e vem tomando medidas para revertê-lo. A recente recriação do Conselho da Amazônia, sob gestão direta do vice-presidente da República, reflete a importância atribuída à questão e consolida o compromisso de envolver esforços coordenados entre as várias instâncias institucionais afetas ao tema. Em seus eixos de atuação, *Proteger, Preservar e Desenvolver*, o Conselho da Amazônia busca alcançar resultados de curto prazo em três áreas prioritárias: combate ao desmatamento ilegal; regularização fundiária; e zoneamento econômico ecológico.

É imperioso, no entanto, reconhecer que, além da preocupação com a política ambiental, existem outras motivações por trás da pressão internacional sobre o Brasil que ajudam a explicar o empenho em depreciar o modelo brasileiro.

Nas próximas décadas, transformações importantes deverão ocorrer na forma como produzimos e consumimos alimentos. Demanda crescente e novas preferências por parte dos consumidores, maiores exigências de sanidade e inocuidade dos alimentos na esteira da pandemia da Covid-19 e a necessidade de mitigar os impactos sobre o clima influenciarão fortemente a produção agropecuária e as cadeias globais de suprimentos.

A sustentabilidade ambiental ganhará importância crescente no comércio agrícola internacional, como já se observa pela inclusão do tema em acordos de comércio e nas políticas agrícolas de diversos países. E está certo que seja assim. A transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e resilientes é necessária e urgente. No entanto, conceitos como “sustentabilidade competitiva” revelam interesses comerciais

protecionistas por trás da preocupação com a preservação ambiental, que não se coadunam com uma visão efetivamente sustentável da agricultura mundial.

O mercado global de produtos agropecuários, que correspondeu a cerca de US\$ 1,1 trilhão em 2019, deverá crescer substancialmente nos próximos anos, despertando a cobiça dos maiores países e blocos exportadores. O Brasil detém apenas cerca de 7% desse mercado, mas representa uma forte ameaça por seu potencial de crescimento. Por um lado, o modelo de agricultura tropical desenvolvido no país agrega sustentabilidade por meio de técnicas e tecnologias que aumentam a produtividade da terra e promovem o uso racional de insumos. Por outro, condições climáticas favoráveis e grandes extensões de pastagens degradadas passíveis de recuperação tornam o país um dos únicos com a possibilidade de aumentar significativamente sua produção sem a necessidade de desmatar ou antropizar novas áreas. Essa realidade assusta nossos concorrentes.

Pesquisa da Embrapa contribui para a sustentabilidade

A afirmação de que o Brasil é uma potência agroambiental não é marketing. A agricultura brasileira respira sustentabilidade.

Graças, como vimos, à fixação biológica de nitrogênio, tecnologia adaptada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) à realidade brasileira e utilizada em larga escala pelos produtores nacionais, praticamente toda a produção brasileira de soja, cerca de 124 milhões de toneladas, ocorre sem a utilização de fertilizantes nitrogenados, muito mais do que qualquer outro grande produtor da commodity.

Técnicas de integração lavoura-pecuária, por sua vez, possibilitam a realização de três

safras por ano na mesma área, mesmo sem irrigação, proporcionando ganhos de produtividade e ampliando a oferta de alimentos a preços acessíveis. A produção do milho em sucessão à cultura da soja, associada à técnica do plantio direto, gera renda, fortalece a segurança alimentar, recupera solos, reduz a necessidade de defensivos agrícolas e cria possibilidades de produção de energia, contribuindo simultaneamente para o alcance de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Além da contribuição proporcionada pela pesquisa científica aliada e do empreendedorismo do produtor brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também faz a sua parte para fortalecer a agropecuária nacional, promovendo abordagem transversal da sustentabilidade que permeia todas as linhas de ação e as políticas públicas do ministério.

Em janeiro de 2020, o Mapa publicou um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira estruturadas em torno de três eixos prioritários: regularização fundiária e ambiental; inovação e produção sustentável; e inclusão produtiva. Embora a pandemia da Covid-19 tenha atrasado seu lançamento oficial, o documento já vem pautando o planejamento e a atuação do ministério e de seus órgãos subsidiários desde o início do ano, com resultados concretos em termos de políticas e outras iniciativas.

No que diz respeito à regularização fundiária e ambiental, tema qualificado como prioritário também, como vimos, pelo Conselho da Amazônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem preparando uma iniciativa com o objetivo de dar celeridade ao processo de regularização, acelerando, nos termos da legislação vigente, a concessão de títulos a pequenos produ-

tores com base no sensoriamento remoto e no cruzamento de dados dos diversos bancos de dados de órgãos federais e estaduais.

Busca-se, assim, saldar uma dívida do Estado brasileiro com centenas de milhares de colonos e assentados, sobretudo na região amazônica, que foram instalados em terras da União ao longo de décadas de projetos governamentais de ocupação, mas que nunca obtiveram as condições efetivas para crescer e prosperar. Além de conceder títulos definitivos a esses produtores, o Incra se coordena com outros ministérios e órgãos no sentido de oferecer, juntamente com a titulação, serviços públicos, como assistência técnica, crédito rural, regularização ambiental, emissão de documentos, saneamento e infraestrutura. É importante frisar, no entanto, que nada será feito ao arrepio da legislação em vigor. Não se trata de anistia a ocupantes ilegais de terras públicas, reservas indígenas ou unidades de conservação ambiental. A grilagem é crime e deve ser tratada como tal.

Na área de inovação e produção sustentável, trabalhamos para intensificar a adesão às práticas agrícolas que caracterizam a sustentabilidade ambiental do modelo de agricultura tropical brasileiro. Uma das formas de fazer isso é por meio da garantia de recursos financeiros para continuar promovendo as inovações e transformações necessárias.

Em 2020, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.986/2020, a Lei do Agro, que trouxe mais transparência e simplicidade aos mecanismos de financiamento do agronegócio e abriu caminho para maior participação do capital privado no mercado de crédito rural. No Plano Safra 2020-2021, o maior da história, ampliamos recursos para investimentos em inovação tecnológica, como energias renováveis, irrigação e conectividade no campo. Em maio, lançamos o Pla-

no Nacional de Bioinsumos, que representa um pilar importante para o fortalecimento da bioeconomia, favorecendo o aproveitamento da biodiversidade brasileira e reduzindo a dependência do país de insumos importados. E, recentemente, em parceria com a Climate Bonds Initiative (CBI), divulgamos o Plano de Investimento para a Agricultura Sustentável Brasileira, com potencial de atração de mais de US\$ 160 bilhões em investimentos por meio de títulos verdes.

Na última década, como resultado do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), cerca de 11 milhões de hectares de pastagens degradadas foram recuperadas, quase 6 milhões de hectares adotaram sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e em torno de 12 milhões de hectares passaram a se beneficiar do sistema de plantio direto. Atualmente, o Plano passa por processo de revisão, com inclusão de novas tecnologias e metas para os próximos dez anos.

No pilar da inclusão produtiva, o desafio é democratizar a prosperidade do agro brasileiro aos agricultores familiares e aos médios produtores. Temos trabalhado para aumentar a oferta de crédito, o acesso a mercados e a qualificação desse contingente tão significativo da agropecuária brasileira.

Por meio do Plano Safra, mais uma vez, oferecemos as menores taxas de juros à agricultura familiar, no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Durante a pandemia, trabalhamos em conjunto com os Ministérios da Economia e da Cidadania para fortalecer políticas de apoio aos pequenos e médios produtores, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). E, recentemente, publicamos o primeiro edital do Programa de Residência Profissional Agrícola (Agroresidência), com a aplicação de R\$ 17,1 milhões para apoiar a formação

de profissionais para atuação em áreas relacionadas à agricultura, favorecendo a manutenção das novas gerações no campo e a sua inserção no mercado de trabalho.

Essas iniciativas explicitam o compromisso do Brasil com o desenvolvimento de uma agropecuária de ponta, sustentável, que almeja transformar o país no principal fornecedor de alimentos do mundo, alcançando sua vocação singular no endereçamento simultâneo de dois grandes desafios globais: segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

Hipocrisia condicionar comércio internacional à sustentabilidade

Causam espanto, assim, afirmações como a de que a agricultura brasileira utiliza grandes quantidades de pesticidas, quando dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura mostram que o Brasil sequer aparece no ranking dos dez principais usuários de defensivos por tonelada de produção agrícola, dominado por países europeus. Suscita perplexidade a recriminação ao Brasil pelas emissões de gases do efeito estufa advindas da agropecuária quando a maior fonte mundial de tais emissões vem da energia suja consumida, principalmente, pelas economias avançadas. Soa, enfim, como hipocrisia condicionar o comércio internacional à sustentabilidade quando se utilizam vultosos subsídios que mantêm agricultores ineficientes em atividade e distorcem mercados globais.

Os níveis de excelência, qualidade e sustentabilidade da agropecuária brasileira não podem, de maneira alguma, servir de pretexto para se relativizar a dimensão dos desafios existentes no bioma amazônico. Entretanto, tampouco se pode condenar todos os produtores do país pelas ações de uma pequena

parcela. A maioria dos agricultores e pecuaristas brasileiros cumpre a rígida legislação ambiental brasileira e preserva o meio ambiente, cumprindo, sem qualquer remuneração, requisitos de conservação que vão de 20% a 80% da área de todas as propriedades rurais privadas do país, algo impensável em outras partes do mundo.

É fundamental, portanto, distinguir a agropecuária sustentável de práticas predatórias e criminosas. E é necessário denunciar narrativas enganosas que ambicionam objetivos comerciais sob o manto da preservação ambiental.

O governo brasileiro considera absolutamente prioritário o enfrentamento do desmatamento ilegal e da questão fundiária na Amazônia. É essencial, contudo, uma abordagem construtiva e colaborativa, baseada em fatos e dados científicos, no respeito à soberania e à legislação brasileiras e no fortalecimento da cooperação internacional como forma de reconhecer e valorizar os importantes ativos ambientais do Brasil.

O futuro da agricultura mundial é brasileiro, alimentando o mundo e respeitando o planeta.

Do Dilema de Tucídides às Hostilidades Sino-Americanas

.....
SERGIO AMARAL

J á se tornou uma banalidade discorrer sobre as transformações profundas geradas pela globalização, que talvez tenha ido longe demais ou avançado muito rápido. Provocou, assim, desequilíbrios, que estão na origem de um nacionalismo ou de um populismo exacerbado. Como se não bastasse, a Covid-19 e o agravamento da crise da economia, em escala mundial, trouxeram expressivas perdas humanas e materiais.

Mas, não se tem dado a devida atenção a deslocamentos profundos no campo da geopolítica, que marcaram a emergência da China e sinalizam para um possível conflito entre hegemonias, uma dominante e outra emergente, à semelhança do que ocorreu em outros momentos da História.

Segundo alguns autores contemporâneos, entre os quais o professor norte-americano Graham Allison, que cunhou a expressão “*Thucydides Trap*”, as hostilidades em curso entre Estados Unidos e China evocam o relato de Tucídides sobre as Guerras no Peloponeso, em que a emergência de Atenas

levou à desconfiança de Esparta e à guerra entre as duas cidades-estado.

Conta o primeiro dos historiadores – Tucídides –, em seu clássico “História da Guerra do Peloponeso”, ocorrida de 431 a 404 A.C., que a prosperidade de Atenas rompeu o equilíbrio de poder com Esparta. Num discurso aos atenienses, convencido da superioridade naval de Atenas, Péricles agradeceu o apoio “à dignidade imperial de Atenas” e ao conflito com Esparta. “Seria um risco maior não fazer a guerra”. É o dilema de segurança que, segundo Allison, explicaria a inevitabilidade da guerra.

Não obstante certa semelhança entre a Guerra do Peloponeso no século V A.C. e os dias atuais, as diferenças são grandes, pois as circunstâncias são outras. Atenas e Esparta não eram um Estado no sentido moderno da palavra. O conflito era localizado, e não global, como hoje. Por outro lado, no entanto, há que se levar em conta o princípio de von Clausewitz, da escalada aos extremos, que ocorreu entre as duas cidades gregas e poderia repetir-se hoje.

A Guerra Fria é o período que mais se assemelha ao cenário atual. É o conflito entre

.....
SERGIO AMARAL foi embaixador em Washington e professor-assistente de Ciência Política na Universidade de Brasília.

duas potências e seus aliados, gerado pela emergência da União Soviética. Mas, as diferenças também são grandes. EUA e URSS viveram um confronto antagônico, entre duas ideologias, duas visões de mundo, dois sistemas econômico-políticos. Hoje, ao contrário, o conflito não é necessariamente antagônico – a Doutrina de Defesa dos Estados Unidos, aliás, o define como uma competição estratégica.

A China, ao contrário da União Soviética, não se propõe a subverter a ordem vigente, mas a emergir dentro dela e, na maioria das vezes, em conformidade com as suas regras. Por fim, o conflito não é total no sentido de congelar a quase totalidade dos canais de relacionamento, pois a cooperação sino-americana continua a desenvolver-se, embora com restrições crescentes, por meio de um número expressivo de áreas, como o intercâmbio de pessoas e empresas, o comércio e os investimentos, assim como a área cultural e acadêmica.

EUA e a política de contenção

Não obstante as diferenças entre a Guerra Fria e o momento atual, a política de contenção, definida por George Kennan no seu famoso memorando secreto, permanece como uma das principais referências para a política norte-americana perante a emergência da China. O que muda é o estilo e o método.

Para Kissinger, o século XXI será moldado pelo eixo das relações EUA- China, seja de cooperação, seja de conflito. No entanto, a hipótese de prevalecer o conflito, em sua escalada, poderá levar a um desastre sem precedentes na história da humanidade. Ou seja, a opção por um conflito que leve à confrontação, na realidade, não existe.

No período Obama, prevaleceu a cooperação. Segundo Joseph Nye, a diretriz já havia sido fixada pelo governo Clinton e substanciada na expressão "*engage and hedge*". Na sequência, com Obama, a política se expandiu e foi chamada "*Pivot to Asia*", ou seja, a contenção da China mediante uma combinação de uma rede de acordos econômicos, inclusive o TPP, e do reforço das alianças militares na Ásia.

Trump assume o governo num momento de crescente preocupação com a China e de revisão de duas percepções que haviam dominado os meios acadêmicos e a opinião pública em geral por vários anos. A primeira era a de que a dinâmica do crescimento e as reformas preconizadas por Deng Xiaoping levariam à abertura da economia. A segunda, previa que a dinâmica da economia provocaria uma abertura do sistema político. Ambas partiam do pressuposto de que a evolução do sistema econômico e político se pautariam pelo exemplo das democracias ocidentais, o que se mostrou, pelo menos em boa parte, equivocado.

Ao mesmo tempo, as informações que Trump recebia de especialistas e assessores mostravam que o avanço da China, em vários setores, era maior do que o esperado. O país já era a primeira potência comercial e, em cerca de poucos anos, poderia ser a primeira economia. O seu avanço tecnológico já era substancial e permitiria cumprir as metas do programa China 2025, que lhe daria autonomia industrial e, por conseguinte, na tecnologia de uso militar, exceto inteligência artificial e tecnologias da informação. O seu programa de infraestrutura se expandia por várias regiões do mundo e sua competência na área de inteligência já poderia equiparar-se com as agências de informação norte-americanas.

O cenário apresentado a Trump o teria convencido de que a estratégia de Obama havia falhado e teria que ser modificada por uma contenção explícita da emergência da China, com uma escalada de ações:

Reciprocidade comercial. Sob o argumento de cumprir as promessas de campanha, Trump introduziu um novo critério para as trocas comerciais – o da reciprocidade –, incompatível com as regras da OMC e com a tradição americana do livre comércio. Depois de longas e difíceis negociações, que duraram mais de um ano, foi concluído um acordo comercial fase 1 que estabelece várias obrigações para a China, entre as quais a de comprar, num período de dois anos, pelo menos US\$200 bilhões em produtos americanos, sendo US\$32 bilhões desse montante na área do agronegócio.

Investimentos e exportações. Concomitantemente ao acordo comercial, foram adotadas medidas mais rigorosas para o controle e o monitoramento dos investimentos estrangeiros (CFIUS) para monitorar e, quando for o caso, impedir investimentos chineses em áreas sensíveis, ao mesmo tempo em que impede a exportação para a China de produtos tecnologicamente sensíveis.

Intercâmbio de professores e alunos. Com o mesmo objetivo, de limitar a transferência de tecnologia em setores sensíveis, foi restringido o intercâmbio de professores e alunos (há 360 mil estudantes chineses nos EUA).

Modelo Chinês. Nas negociações sobre comércio, o USTR (Representante de Comércio dos EUA) buscou reduzir a participação das empresas estatais chinesas no intercâmbio sob o argumento de que a estatal tinha subsídios implícitos, o que não é aceito pelo lado chinês.

Tecnologia. Além das medidas já mencionadas, várias empresas chinesas foram colocadas na lista negra do Departamento do Comércio (o caso emblemático é a Huawei), o que as impede de transacionar com empresas americanas em vários casos.

Decoupling. Por fim, a administração Trump introduziu o conceito de *decoupling*, isto é, o desentranhamento de produtos sensíveis nas cadeias de valor comandadas por empresas chinesas, em especial da Huawei.

Eleições de novembro e os novos rumos em relação à China

A longa lista de sanções e retaliações recíprocas, que se estendeu, inclusive, ao fechamento de consulados, ilustra as várias áreas de uma escalada de hostilidades em curso. Só as eleições presidenciais de novembro poderão sinalizar os novos rumos. Ou a continuidade de sanções, o que levaria a um agravamento do conflito e ao risco de um acidente de percurso; ou, ao contrário, à progressiva redução das tensões para levar, com o tempo, à construção de um *modus vivendi* entre as duas grandes potências do século XXI.

A Autorreforma do Supremo

.....

JOAQUIM FALCÃO

JOÃO CARLOS COCHLAR

Não há dúvidas. Na pandemia, o Supremo tomou decisões importantes para manter o Estado Democrático de Direito. Enfrentou com sucesso os ataques autoritários do presidente da República. Assegurou aos governadores e prefeitos a autonomia federativa. Está combatendo com destemor a organização criminosa das *fake news*, alimentada com dinheiro público. Tomou decisões em favor da população indígena, tão vulnerável nesta crise sanitária.

Isso revelou algo importante.

A reforma institucional do Supremo não diz respeito necessariamente ao conteúdo de suas decisões. O Supremo tem sido o amigo certo nas horas incertas da democracia.

Tem a ver com o formato institucional de seu processo decisório. O Supremo, que tem papel de garantir segurança jurídica ao país, tem tido como constante consequência a instabilidade.

A reforma do Supremo em nome da eficiência, transparência e legitimidade não depende de novas e grandiosas soluções. Elas

já estão à mão. Diminuiriam custos e produziram decisões mais imunes à conjuntura política e a interesses estranhos à atividade judicial. Menos voláteis.

Destacaremos seis possíveis pontos de reforma.

Após o exame destas propostas, uma pergunta se revelará inevitável: por que, então, elas não são adotadas? São motivos diversos. Identificamos três obstáculos *a priori* superáveis a serem enfrentados através de uma combinação de alianças externas e negociação interna.

1. Fim das decisões monocráticas

Cem mil. Este é o número aproximado de decisões monocráticas, por ano, proferidas desde 2014 para cá, segundo dados do próprio Supremo¹. É cerca de 85% da média anual de todas as decisões do tribunal neste intervalo de tempo. Ministros individualmente julgam mais que Supremas Cortes inteiras de outros países.

O ministro Celso de Mello tem razão

.....
JOAQUIM FALCÃO é membro da Academia Brasileira de Letras e professor titular de Direito Constitucional da FGV Direito Rio.

JOÃO CARLOS COCHLAR é pesquisador da Fundação Getúlio Vargas.

.....
¹ Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Serviço de Estatística do STF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=decisoessgeral>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

quando diz que o Supremo tem a última palavra sobre a solução dos conflitos². Mas, a questão hoje é outra. Não se sabe quem, quando, nem como esta última palavra será dada. É o ministro, a turma ou o Plenário? É por meio de liminar ou acórdão? Ou será por omissão ou pedido de vista? Será dentro de que prazo? O regimental ou o individual do ministro relator ou do presidente?

Assim, a dúvida, a incerteza e a insegurança ficam soltas no ar *qual piuma al vento*.

Ser julgado pelo ministro individualmente deve ser a exceção. A Constituição garante a todo cidadão o direito de ser julgado pelo conjunto do todo.

Ocorre que temos 14 Supremos: 11 ministros, duas turmas e um Plenário. E destes 14, um se destacou: o presidente. Como veremos adiante, o ministro Dias Toffoli proferiu este ano diversas decisões no lugar de seus relatores, muitas delas revogadas, durante este recesso judiciário.

O projeto *Supremo em Números*, da FGV, diz que as liminares monocráticas, notadamente em matéria penal, vêm sendo cada vez mais revertidas no Plenário³. Isso evidencia não só o contraste do ministro individual com o colegiado, mas também cria uma sucessão de decisões com impactos contraditórios. Muitas vezes, basta que uma liminar dure um curto período de tempo para que produza, neste intervalo, efeito irreversível. Sem volta.

Essa oscilação gera instabilidade.

O Supremo Tribunal Federal é a Corte Suprema que mais julga casos no mundo, segundo seu próprio presidente⁴. Mas, isto não

é um sinal necessariamente de eficiência, e sim de saturação. Segundo Sêneca, sinal de inchaço, de doença, e não de saúde.

2. Fim do plantonismo

O regimento interno prevê que cabe ao presidente do Supremo decidir questões urgentes nos períodos de recesso⁵. Mas, o que são questões urgentes? Sabemos que as palavras são mais vazias do que gostaríamos, porque o conceito “questão urgente” varia de acordo com cada intérprete.

O plantonismo é fenômeno que vem ganhando destaque. O presidente do Supremo decide, no lugar do relator do processo, aquilo que entender uma demanda urgente. No fundo, neutraliza o sorteio do relator para decidir em seu lugar, com aparência de necessidade administrativa. Ingerência grave.

O plantonismo é o monocratismo supremo.

Este plantão de julho foi turbulento. No dia 08, o ministro Toffoli determinou, no lugar do ministro Fachin, que a Força Tarefa de Curitiba compartilhe dados da Lava Jato com a PGR.⁶ No dia 21, na posição do ministro Gilmar Mendes, suspendeu buscas e apreensões contra o senador José Serra.⁷ No dia 27, no lugar do ministro Fux, mandou suspender o processo de *impeachment*

desembargadores do TRT-10, in BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Imprensa. Ministro se reúne com desembargadores do TRT-10 (DF e TO) e do TJ do Tocantins. Publicado em 09 de julho de 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447258&ori=2>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

5 Art. 13, VIII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

6 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RCL 42.050/DF-MC**. Rel. Min. Edson Fachin. Decisão proferida pelo ministro Dias Toffoli no dia 08 de julho de 2020.

7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RCL 42.335/SP-MC**. Rel. Min. Gilmar Mendes. Decisão proferida pelo ministro Dias Toffoli no dia 21 de julho de 2020.

2 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **PET 8.813/DF**, Rel. Min. Celso de Mello. d.J. 01 de junho de 2020.

3 FALCÃO, Joaquim *et. al.* VI Relatório Supremo em Números: **A realidade do Supremo Criminal**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2019, p. 31-38.

4 Fala do ministro Dias Toffoli na ocasião do encontro com

contra Wilson Witzel⁸. Tudo com graves e irreversíveis consequências políticas.

E o que aconteceu quando o período do plantão chegou ao fim?

Os processos voltaram aos seus relatores, e tudo mudou. O ministro Fachin revogou a decisão de Toffoli sobre compartilhamento de dados. O ministro Alexandre de Moraes derubou a decisão que suspendeu *impeachment* de Witzel ao determinar seu prosseguimento. Rosa Weber⁹ e Marco Aurélio¹⁰ autorizaram contra outros parlamentares o que Toffoli proibiu contra Serra.

A atuação no plantão deve ser restrita. Já há uma resolução no Supremo, do ministro Cezar Peluso, que define quais temas passíveis de exame no plantão em feriados e finais de semana¹¹. São casos específicos de *habeas corpus*, mandado de segurança e extradição iminente, por exemplo. Isso poderia evitar o uso inadequado da discricionariedade fugaz do presidente de plantão.

Em sua presidência, Peluso, percebendo o risco na manipulação do plantonismo pelas partes, se recusou a aceitá-lo.

Tem razão. Esta insegurança deslegitima a presidência e o próprio Supremo, pois os torna imprevisíveis.

3. Pauta fixa e previsível

Definir a pauta é o poder maior que tem seu responsável: o presidente do Su-

8 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RCL 42.358/RJ-MC**. Rel. Min. Luiz Fux (redistribuído para o ministro Alexandre de Moraes). Decisão proferida pelo ministro Dias Toffoli no dia 27 de julho de 2020.

9 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **PET 8.664/PI**. Rel. Min. Rosa Weber. Decisão proferida em 22 de junho de 2020.

10 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RCL 42.446/SP**. Rel. Min. Marco Aurélio. Decisão proferida em 29 de junho de 2020.

11 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Resolução 449, de 02 de dezembro de 2010**. Publicado no DJe. do dia 07 de dezembro de 2010 (edição extra).

premo. No entanto, pautas costumavam ser definidas às vésperas de julgamentos e podiam mudar a qualquer momento.

Mas, ao contrário do plantonismo, houve progresso neste tema. A implementação de pauta semestral é um esforço a ser reconhecido nestes últimos dois anos. É um passo a mais em relação ao progresso já feito na gestão da ministra Cármen Lúcia ao criar pautas mensais¹².

Entretanto, ainda falta efetividade. Segundo pesquisa publicada no jornal *Jota*, dos 295 processos pautados no Plenário presencial no primeiro semestre de 2019, apenas 126 chegaram a ser apreciados e somente 60 tiveram julgamento definitivo. E a manutenção da produtividade do tribunal se valeu de um instrumento ainda pouco transparente: o Plenário virtual, sem deliberações públicas, sustentações orais ou transmissão ao vivo. Apenas um repositório de votos dos ministros¹³. Um caminho ainda instável a seguir.

A pauta deve ser estável e fixa, elaborada com meses de antecedência. Somente situações gravíssimas devem ser antecipadas, como, por exemplo, liminares que aflijam temas sensíveis pré-definidos no regimento. Estas devem ser imediatamente submetidas ao Plenário.

Quando o ministro Alexandre de Moraes impediu Alexandre Ramagem de se tornar Diretor-Geral da PF, o ministro Marco Aurélio propôs uma reforma regimental para que todas as decisões que interfiram na atribuição do presidente da República sejam submetidas imediatamente a Plenário. Independentemente do mérito da decisão, o objetivo

12 ESTEVES, Luiz Fernando Gomes; RECONDO, Felipe. **A pauta de Toffoli em 2019: transparência, eficiência e previsibilidade?** Jota.info, publicado no dia 10 de julho de 2019.

13 Idem.

era garantir que o Supremo como um todo se manifestasse, seja confirmando ou derrubando. Não prosperou.

A escolha da pauta não é naturalmente neutra ou racional. É uma opção de *timing* político. A neutralidade do julgamento é um dos componentes do devido processo legal. A escolha da pauta afeta direitos e deveres da parte. Pode tornar parcial e não isento o julgamento.

Alguns ministros vão além. No decorrer de suas intervenções, trazem ao Plenário questões claramente fora da pauta. Às vezes, até mesmo pronunciamentos políticos com ofensas a cidadãos para o constrangido silêncio dos demais colegas. Plenário não é tribuna.

Pautas elaboradas com antecedência são positivas não só para a sociedade, mas para o próprio Supremo. Evita pedidos de vistas e dá mais tempo e organização para que os ministros preparem seus votos. Todos terão tempo igual para julgar processos iguais.

4. Restringir pedidos de vista

O pedido de vista é ato previsto no regimento interno do Supremo. É voltado para que, em um ou outro caso, os ministros possam estudar mais e se aprofundar.

Entretanto, o pedido de vista se tornou uma maneira de controlar a pauta do julgamento. É o *timing* da decisão, outra vez, para adiá-la a um momento que o ministro que pediu vista julgue conveniente.

Dados do projeto *Supremo em Números* indicam que, em 2013, a média de duração de pedidos de vista com prazo descumprido era de 443 dias (o limite, à época, era de 15 dias)¹⁴. Poderia se tratar eventualmente de

14 FALCÃO, Joaquim *et. al.* **III Relatório Supremo em Números: O Supremo e o Tempo**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014, p. 93.

acúmulo de trabalho, mas não somente¹⁵. Em entrevista ao projeto *História Oral do Supremo*, o ministro Nelson Jobim revela que o ministro Moreira Alves, quando diante de decisão mais complexa, fazia um gesto com a cabeça. Era para pedir vista e tirar de pauta¹⁶.

O Superior Tribunal de Justiça fez uma reforma positiva sobre o tema. Ano passado, editou uma norma determinando que processos com pedidos de vista cujo prazo venceu serão colocados em pauta, com ou sem voto-vista¹⁷. Bom exemplo.

Mas, o Supremo seguiu caminho contrário. Em julho deste ano, uma reforma aumentou o prazo de devolução do voto-vista de duas semanas para 30 dias. E sem consequências no seu descumprimento¹⁸.

O importante é estabelecer um protocolo que não faça do pedido de vista uma barreira individual ao Supremo.

5. Limitar o foro privilegiado

Pesquisa feita pelo Senado Federal revela que cerca de 55 mil autoridades, dos três poderes, têm foro por prerrogativa de função¹⁹.

Só no Supremo, cerca de mil autoridades têm foro²⁰. Seria um número ainda maior se

15 *Ibid.*, p. 99.

16 FONTAINHA, Fernando *et. al.* **História oral do Supremo (1988-2013)**, v.9: Nelson Jobim. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2015, p. 248.

17 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Presidência. **Portaria nº. 94, de 21 de março de 2019**. d.J.e. edição nº 2635 – Brasília. Disponibilização no dia 22 de março de 2019. Publicação no dia 25 de março de 2019.

18 Emenda regimental nº. 56/2020 alterou o art. 134, caput, substituindo o prazo de até a “segunda sessão ordinária subsequente”, que equivale a duas semanas, para 30 dias.

19 CAVALCANTE FILHO, J. T.; LIMA, F. R. **Foro, Prerrogativa e Privilegio** (Parte 1): Quais e quantas autoridades têm foro no Brasil? Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, Abril/2017 (Texto para Discussão nº 233). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 30 de agosto de 2020.

20 Art. 102, I, b e c, da Constituição de 1988. Abarca o

incluísse ex-parlamentares federais.

Mas, em maio de 2018, o Supremo limitou o foro de deputados federais e senadores para crimes praticados durante o mandato e em razão dele. Uma decisão acertada²¹.

Por que, todavia, tantas autoridades investigadas, denunciadas e processadas sempre clamam pelo foro privilegiado? Dados da própria Operação Lava Jato evidenciam.

No Supremo, das 25 denúncias relacionadas à operação oferecidas pela PGR, chegou-se a apenas três condenações desde seu início, em 2014²². Sete denúncias sequer tiveram sua admissibilidade examinada. Das 11 que foram admitidas, apenas quatro se tornaram ações penais com julgamento do mérito. Houve apenas uma absolvição e três condenações. Dos condenados, dois ainda recorrem internamente no Supremo. O terceiro faleceu na prisão.

O Supremo não foi pensado para ser um tribunal criminal de primeiro grau. Acaba fazendo com que o Supremo, em muitos casos, tome a pior das decisões: não decidir. Ou ainda, no meio destes artifícios processuais múltiplos, tenha poder de não condenar sem precisar dizê-lo.

A redução do número de autoridades com foro privilegiado necessita do Congresso. Aí a questão. É preciso vencer um mal que por tanto tempo afligiu o Congresso: o corporativismo e o fisiologismo.

Mas, projetos não faltam. É o exemplo da PEC do senador Álvaro Dias, que restringe o foro criminal no Supremo a apenas os presi-

dentos dos poderes da República²³. O avanço desta pauta é um choque de republicanismo e moralidade na vida pública brasileira.

O ministro Barroso também tem boa proposta para tirar esta atribuição do tribunal. Propõe criar uma vara federal especializada para julgar os que têm prerrogativa de foro. O titular seria indicado pelo Supremo com mandato de quatro anos. De suas decisões, caberia recurso direto ao Supremo²⁴.

6. Aprovar a PEC da Segunda Instância

O desenho institucional do sistema do judiciário é tal como a teoria geral do direito de Hans Kelsen: centralizador. Tudo acaba na Constituição e no Supremo. São compatíveis.

Mas, fazer justiça não implica apenas um determinado modelo institucional, nem uma determinada teoria jurídica, sobretudo quando se constata que este modelo gera grandes distorções. É disfuncional.

Basta atentar que a pesquisa *Justiça em Números*, publicada pelo CNJ referente ao ano-base de 2019, indica que existem no sistema judiciário brasileiro cerca de 77,1 milhões de processos aguardando decisões. O número é alto, mas houve progresso. Conseguiu-se reduzir o acervo em 1,5 milhão de processos²⁵. Entretanto, ainda assim, é preciso mais. Há praticamente 1 processo para cada 3 brasileiros. Um volume inadmissível sem reforma mais profunda.

Os fatores que levam a este engarrafamen-

presidente da República, o vice, membros do Congresso, o PGR, comandantes das Forças Armadas, ministros de Estado, ministros do Supremo, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, além dos embaixadores.

21 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AP 937 QO/RJ**. Rel. Min. Roberto Barroso. d.J. 03 de maio de 2018.

22 Relatório produzido pelo Gabinete do Ministro Edson Fachin, disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/relatorioLJ2019.pdf>. — Acesso em 31 de agosto de 2020.

23 PEC 333/2017 (PEC 10/2013 na origem), em tramitação na Câmara dos Deputados.

24 BARROSO, Luís Roberto. **Foro privilegiado deve ser restrito a poucas autoridades**. Publicado no portal UOL no dia 02 de abril de 2014.

25 Brasil. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019**. Brasília: CNJ, 2020, pp. 93-95.

to do Supremo, no dizer do CNJ da primeira composição ainda na presidência de Nelson Jobim, são múltiplos. Pelo menos três.

Primeiro é a Constituição de portas abertas. Há 52 meios processuais para se chegar ao Supremo²⁶. E, uma vez lá, o Supremo tem que decidir. Afinal, todos têm direito e acesso ao Supremo. Mas, em tese, porque com uma avalanche de processos, já que se tem o acesso, mas não se tem o julgamento.

Dados do *Supremo em Números* mostram que o uso destas portas é muito desigual e tende a diminuir. No entanto, a segunda razão é que tendem a subir, sobretudo em processos criminais, os institutos da “petição” e “reclamação”.

“Petição”, por exemplo, é uma das categorias processuais que mais cresceu no Supremo. É genérica. Pode ser usada para uma série de finalidades. Quando, apesar das 50 outras portas, não se consegue uma das vias específicas, usa-se a reclamação ou a petição²⁷.

Quando um cliente procura um advogado, a preocupação principal é inserir logo na petição inicial um argumento de base constitucional para viabilizar uma ida ao Supremo caso venha a perder. Ele, mais do que ninguém, sabe que tudo acaba no Supremo. O desenho institucional hoje estimula este tipo de disfunção.

Como diz Picasso: por detrás de cada abstração, há sempre uma realidade. A realidade por enquanto é essa. Nem todos têm acesso. E quando têm, nem sempre obtêm um julgamento. Há algo no ar que não é eficiência. E os números denunciam.

Dados do Supremo dizem que o tribunal

teve 42.295 novos processos distribuídos em 2019²⁸.

Ora, dividindo por dez ministros – o presidente não participa da distribuição – e 196 dias de funcionamento por ano entre recesso, finais de semana, chega-se à conclusão de que cada ministro julga cerca de 22 processos por dia.

Se considerarmos que um ministro tem oito horas diárias de trabalho, isso significa julgar quase 3 processos por hora. Cada processo traz consigo apelações, embargos e inúmeros outros recursos. Se arbitramos modestamente 200 páginas por processo, cada ministro leu, refletiu e deliberou sobre 4.400 páginas por dia, 550 por hora e 24 por minuto.

Nem Houdini.

Será que assessores decidem mais do que um ministro? Assessores são ministros *de facto*?

Um remédio para esse problema veio do próprio Supremo. O então presidente Peluso apresentou uma PEC que foi arquivada no ano passado. Se o texto fosse aprovado, resolveria dois problemas ao mesmo tempo: acabaria com os recursos protelatórios no Supremo e determinaria a execução de todas as decisões judiciais em segunda instância. Criminais ou não.

Cabe ao Congresso retomar essa mudança.

Os três obstáculos transponíveis

As propostas aqui apresentadas são, em sua maioria, de iniciativa do próprio Supremo.

26 FALCÃO, Joaquim *et.al.* **I Relatório Supremo em Números: o Múltiplo Supremo**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2011, p. 18.

27 FALCÃO, Joaquim *et. al.* **VI Relatório Supremo em Números: A realidade do Supremo Criminal**. Rio de Janeiro, FGV Direito Rio, 2019, p. 156.

28 Brasil. Supremo Tribunal Federal. Portal de Informações Gerenciais. Lista de processos distribuídos em 2019. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoBOInternet/anexo/Pesquisa_por_Classe_todos_os_anos_ano_anterior_distribuidos.xlsx - acesso em 31 de agosto de 2020.

Mas, o primeiro obstáculo que o Supremo encontra é a fragmentação. O tribunal está dividido internamente e sofre ataques constantes do Poder Executivo. Sua legitimidade diante dos cidadãos está frágil.

Recuperar força e legitimidade exige união, coragem e humildade para mudar a si próprio. Vemos o esforço de vários membros do Supremo, como o ministro Marco Aurélio, ao propor a emenda que citamos anteriormente.

O segundo obstáculo é que o atual desenho institucional provoca incentivos perversos às partes e a seus advogados, que se retroalimentam. Joga-se o jogo da disfunção em todas as justiças – federal, estadual, militar e instâncias – já que o processo decisório é feito à imagem e semelhança do Supremo. Isso gera um abarrotamento insuportável ao sistema judiciário brasileiro.

Haveria receio de que menos recursos significariam menor mercado de trabalho para os advogados. Mas, acredita-se no contrário. Existe grande demanda por justiça contida, mais rápida e eficiente, combinada com maior implementação de meios extrajudiciais de soluções de controvérsias. Esse é o caminho no qual se vislumbra profundo aumento de demanda.

Nos tribunais, a pandemia, por exemplo, revelou-se uma oportunidade de implementar uma reforma tecnológica de grande alcance, com treinamento das partes e dos juízes. Em especial, os mais antigos. Veremos resultados mais adiante.

O terceiro obstáculo é uma constatação muito simples: não há planejamento estável com alta rotatividade na presidência do Supremo. Mudanças complexas exigem tempo. Exigem continuidade e permanente avaliação.

Não adianta estender o mandato dos ministros do Supremo de 70 para 75 anos, ou mais que seja. Tampouco criar um mandato de dez ou 15 anos de duração.

Pouco adianta se a presidência é de dois anos.

Cada cabeça uma sentença. Cada presidente do Supremo, uma reforma. A reforma não pode ser tarefa ou desafio pessoal. É estudo, avaliação, diálogo, imaginação e longo prazo.

A rotatividade presidencial frenética significa descontinuidade.

O Supremo, ao mesmo tempo que deseja, hesita com a reforma. Mas, há múltiplos caminhos. Uma autorreforma no seu processo decisório, com um comitê específico e com autoridade, interno, exclusivamente dedicado a isso, já seria um bom começo.

Transformação ESG: O Papel das Grandes Empresas e de Cadeias Produtivas Integradas

.....

CAROLINA DA COSTA
RODRIGO CASTRO

A sigla ESG (*Environment, Social and Corporate Governance*) incorpora um conjunto de princípios que refletem uma governança corporativa comprometida não apenas em monitorar impactos do negócio, mas também em promover ampla preservação ambiental e desenvolvimento social. O conceito advém da ideia do *Triple Bottom Line*, introduzido por Elkington na década de 90, que propunha adicionar à ótica econômica de entendimento dos negócios também as dimensões ambientais e sociais. O termo ESG resultou da publicação do relatório *Who Cares Wins, Connecting Financial Markets to a Changing World*, uma iniciativa conjunta desenvolvida pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com diversas instituições financeiras, nos anos 2000.

O relatório *Who Cares Wins*, originado do Pacto Global, não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção

do crescimento sustentável e da cidadania por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. Esse documento destaca o papel essencial do setor financeiro como articulador e facilitador de práticas de ESG de forma propositiva para a sociedade como um todo. Já no início de 2005, as Nações Unidas juntamente com um grupo dos maiores investidores institucionais do mundo se juntaram para desenvolver algumas premissas para balizar as atividades financeiras em prol de um desenvolvimento corporativo sustentável. Como resultado, foram desenvolvidos os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Os Princípios foram lançados em abril de 2006, na Bolsa de Valores de Nova York, e, desde então, o número de signatários cresceu de 100 para mais de 3.000, que representam mais de US\$ 100 trilhões de ativos. De acordo com a Morningstar, até o primeiro semestre de 2020, os ingressos líquidos em fundos ESG alcançavam US\$ 21 bilhões.

Apesar de o termo e o conceito ESG já circularem há algumas décadas entre acadêmicos e lideranças de vários tipos de instituições, o atual contexto de fragilidade econômica e social provocado pela pandemia da Covid-19, somado à pressão

.....
CAROLINA DA COSTA é sócia da Mauá Capital e Conselheira Latam da Solidaridad.

RODRIGO CASTRO é diretor de País da Solidaridad Brasil.

de grandes investidores internacionais fez com que novos holofotes se voltassem com intensidade ao tema.

As tendências mundiais indicam que a sustentabilidade está no foco de empresas, do mercado financeiro, dos consumidores e de muitos governos. Por exemplo, BlackRock e Storebrand anunciaram revisões significativas em seus portfólios de investimento, punindo empresas detentoras de passivos ambientais e sociais. Mesmo que esse movimento dos investidores seja polêmico, ora pela dificuldade de aferição e coerência nos critérios de exclusão de empresas do portfólio, ora porque a transição das excluídas para modelos de operação mais “verde” seja lenta e custosa (e, portanto, uma retirada abrupta de acesso ao capital também lesa o ecossistema atual), o fato é que gerou uma ampla agenda de discussão e mobilização ESG: quais dados, quais critérios, como rastrear/monitorar, como selecionar e avaliar, onde investir, etc. Movimentos assim ilustram o poder que investidores juntamente com consumidores têm de pressionar grandes empresas a modificar o modus operandi dos negócios.

Brasil poderia ser referência agroclimática

No Brasil, temos acompanhado um movimento significativo de lideranças empresariais e políticas com compromissos e demandas para reposicionar o país em um patamar de destaque em relação ao desenvolvimento ambiental e social. Pela importância estratégica na produção de alimentos e na regulação global do clima, existe um potencial subexplorado que pode, no futuro, fortalecer a posição do país como referência agroclimática. São poucos os países que podem desempenhar um papel tão estratégico na produção de alimentos com reduzida

emissão de carbono e ao mesmo tempo mitigar efeitos do aquecimento global.

Há debates mais ou menos extremados sobre como a transição para modelos de negócios mais sustentáveis, em uma economia de baixo carbono, pode ocorrer. De um lado, há um gigante passivo de transição, como relatado em um recente relatório do *World Economic Forum (The future of the nature and business, 2020)*, que afirma que o passivo ambiental acumulado no mundo até o momento ultrapassa US\$ 44 trilhões. O relatório projeta custos de US\$ 2,7 trilhões/ano até 2030 para transição para nova economia, o que inclui a necessidade de novas tecnologias que são críticas para 80% das novas oportunidades de negócios. Por outro lado, há outras estimativas, como do *World Resource Institute Brasil (2020)*, que aponta para ganhos de R\$ 2,8 trilhões no PIB na próxima década com economia de baixo carbono orientada às cadeias de infraestrutura inteligente, inovação industrial e agricultura sustentável. Somente na agricultura, poderia haver um incremento de R\$ 19 bilhões em receitas, a restauração de 120 mil km² de pastagens degradadas e a redução em 42% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Se isso acontecer, em 10 anos, o país poderá ser mais competitivo e livre do desmatamento. A adoção de melhores práticas ESG poderá valorizar a marca Brasil no mundo e fortalecer a posição do país como potência agroclimática.

Uma economia de baixo carbono passou a ser foco não apenas da agenda ambientalista, mas de todos aqueles que lidam com mapeamento dos riscos climáticos e ambientais, uma vez que afeta significativamente setores produtivos de alto impacto econômico. Não à toa, o tema Amazônia, e o risco de devastação (caso desmatamento

criminoso não seja contido), ganhou ampla evidência dado o impacto que esse bioma tem no equilíbrio climático do mundo.

A Amazônia ocupa uma área correspondente a cerca de 40% da América do Sul. A região, de densa floresta tropical, espalha-se por nove países, mas 60% de sua extensão situa-se no Brasil. Na Amazônia legal brasileira, vivem 27 milhões de pessoas. A floresta desempenha papel crucial no ciclo da água e no regime de chuvas e tem extrema importância na regulação do clima global e na mitigação do aquecimento do planeta. Segundo dados da Universidade de Maryland (EUA), lançados no *Global Forest Watch*, o Brasil é o país que mais perdeu área de florestas no mundo. De janeiro a dezembro de 2019, registrou a maior taxa de desmatamento anual em uma década, acumulando quase 1,4 milhão km² destruídos — o que corresponde a um terço do que foi desmatado em todo o planeta nesse período. No primeiro semestre de 2020, a conversão de vegetação nativa na Amazônia Legal foi 26% superior em relação ao mesmo período de 2019, com perda de 3 mil km². Isso representa o pior resultado do primeiro semestre nos últimos cinco anos.

No mapa mundial de produção de gases de efeito estufa (GEE), o Brasil contribui com menos de 3% das emissões globais. Isso se deve em grande parte ao uso de uma matriz energética majoritariamente advinda de fontes renováveis. Seu maior passivo ambiental, porém, está no uso indevido (desmatamento) de terras e florestas (45%) e nas atividades de agropecuária (25%). Ou seja, há muitas oportunidades para o Brasil se tornar um polo de geração de créditos de carbono. Se o país optar por expandir sua produção agropecuária livre de desmatamento, utilizando meios de produção e uso da terra mais eficientes e intensivos, poderá dar um

salto em direção à sustentabilidade, produtividade e competitividade. Boas práticas atreladas à produção atraem investimentos. De acordo com relatório recente (2020) do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), créditos de carbono advindos da preservação da Amazônia poderiam render US\$ 10 bilhões/ano. À medida que o mercado de crédito de carbono avance para maior regulamentação e consolidação, o setor privado brasileiro que operar na geração desses créditos poderá se beneficiar significativamente do mercado global de comercialização desses ativos. Vale destacar que há 46 países já trabalhando com algum formato de indução de mercado de carbono. Algumas grandes empresas já têm contabilizado e precificado créditos de redução de GEE em suas atividades internas e podem se tornar atores altamente relevantes para a indução desse mercado global.

Assistência técnica em projetos de redução de carbono

Nessa direção, há um grande potencial para pilotos e projetos de redução de carbono nas cadeias de suprimentos de grandes empresas. Nesses projetos, o papel da assistência técnica é altamente relevante para apoiar no desenvolvimento de mecanismos de redução e mensuração de resultados ao longo dessas cadeias. Na agropecuária, há casos bem-sucedidos de redução de carbono através da integração entre lavoura, pecuária e floresta em sistemas silvipastoris e agrossilvipastoris.

Um desses casos é o projeto Territórios Inclusivos e Sustentáveis na Amazônia realizado no assentamento rural Tuerê, em Novo Repartimento, no Pará — um dos maiores assentamentos rurais do mundo, com 170 mil

hectares e mais de 3 mil famílias. Concilia floresta, cacau e pecuária. Iniciado em 2015, atualmente mais de 225 pequenas e pequenos produtores recebem assistência técnica da Solidaridad para implementar práticas de baixo carbono, como intensificação produtiva e restauração produtiva de pastagens degradadas, aliando a melhoria da produção à conservação das florestas e à geração de renda. Agricultores familiares demonstraram que recuperar áreas de pastagens degradadas pela criação extensiva de gado com o cultivo do cacau em Sistemas Agroflorestais (SAFs) é mais rentável do que desmatar para abrir novas áreas de pastagem. O aumento de produtividade e rentabilidade, ligado às práticas de baixa emissão de carbono, pode ajudar a mudar a mentalidade de outros produtores que ainda enxergam as florestas como elementos meramente passivos. O objetivo é assegurar que a criação de gado não avance sobre novas áreas florestais e que o cacau, nativo da Amazônia, converta-se em fonte de renda em sistema de produção integrado cacau/pecuária.

A técnica denominada restauração produtiva, adotada pela Solidaridad Brasil na Amazônia, é baseada em Sistemas Agroflorestais (SAFs). A escolha do SAF, tendo o cacau — espécie nativa da região — como carro-chefe, atende simultaneamente às prioridades de recomposição florestal e geração de renda. Esta união garante a sustentabilidade do processo e promove a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva, na regularização ambiental e na mitigação de efeitos do aquecimento global.

Uma das chaves para a sustentabilidade deste modelo de produção ao longo do tempo é a assistência técnica de impacto oferecida pela Solidaridad, que inclui o contato constante entre técnicos e produtores, com visitas individuais; treinamento coletivo e

o intercâmbio de experiências através de grupos de aprendizagem; o uso de unidades-piloto demonstrativas e o uso de ferramentas digitais, como o *Extension Solution*, desenvolvido pela Solidaridad. Além da gestão agrícola, a iniciativa também promove a capacitação em gestão financeira, apoio na comercialização e governança ambiental, fomentando a articulação com atores públicos e privados, especialmente para a redução do desmatamento e a regularização ambiental.

O projeto Tuerê ajudou a reduzir em 61% o desmatamento nas áreas de influência do programa, ampliou em 20% a capacidade das propriedades no sequestro de carbono e contribuiu para o incremento de 56% na renda dos pequenos produtores. Nas unidades demonstrativas de pecuária sustentável, aumentou-se a produtividade livre de desmatamento em 200%. As boas práticas aumentam a taxa de fertilidade do gado e a taxa de produtividade do cacau em 34%. Os rendimentos do cacau, por sua vez, ajudam os produtores a recuperar o investimento realizado em restauração. Enquanto o preço de um quilo de cacau no mercado normal é de quase R\$ 8, o preço dos grãos de alta qualidade no mercado *bean to bar* (da amêndoa à barra) é de R\$ 33. Esses resultados apontam que é possível aliar a produção agrícola à conservação da natureza, trazendo benefícios para os produtores, para a sociedade e para o planeta. O futuro depende da produção de alimentos que reduza a emissão de carbono, esteja em equilíbrio com a natureza e ao mesmo tempo gere prosperidade e inclusão social.

Há diversas oportunidades para o Brasil trabalhar com transição para uma economia de baixo carbono e preservação da biomassa valendo-se de assistência técnica acoplada a novos modelos de financiamento que grandes

empresas podem disponibilizar para suas cadeias de valor. Mas, como isso seria possível? Ora, grandes empresas já “financiam” suas cadeias de valor, gerindo fluxo de pagamento a fornecedores e clientes. Se hoje o passivo circulante das empresas gera recursos da ordem de R\$ 310 bilhões em gestão de fornecedores, há capital abundante aguardando para uma gestão mais orientada à mitigação de riscos sociais e ambientais. Setores com capital de giro intensivo significam uma circulação de recursos da ordem de 40% do PIB, com receitas anuais de cerca de R\$ 3 trilhões. As linhas de financiamento dos grandes bancos (via risco sacado) estão voltadas ao financiamento das próprias operações das empresas, sem, contudo, aplicar um olhar de sustentabilidade à cadeia de suprimentos ou clientes. São estruturas que operam a taxas anuais que variam entre CDI + 13%-15%, dando fôlego financeiro, mas retirando rentabilidade dos fornecedores das grandes empresas. Há, portanto, oportunidade para novos mecanismos de financiamento através desses *players* de

grande porte que reduzam o custo do capital destinado à sua cadeia de valor e, ao mesmo tempo, acoplem indicadores ESG para concessão de crédito e para redução de taxas à medida que metas ESG são alcançadas. Sem necessidade da intermediação financeira de grandes bancos, empresas podem desenvolver, com ajuda de gestoras de recursos, mais *fintechs*, plataformas altamente customizadas para atender a seus objetivos específicos. É “financiar” ao mesmo tempo que educa sua cadeia de valor, atraindo parceiros técnicos na assistência para novas formas sustentáveis de operação. As grandes empresas mantêm seu fluxo, mitigando riscos e fortalecendo a agenda ESG; os fornecedores melhoram sua rentabilidade e eficiência, operando de maneira mais sustentável. É tempo de as empresas considerarem, além da rentabilidade e da redução de risco do investimento, também o olhar integrado para seu ecossistema, fortalecendo o propósito e a contribuição maior que querem deixar para o planeta. A sociedade e o meio ambiente agradecem.

O Impasse Sobre Monumentos e Obras de Arte Racistas

.....
ANDRÉ CÁCERES

Na praça de uma cidade indeterminada, uma enorme fila se forma com pessoas ávidas por ver a Mona Lisa de perto — e destruí-la. A cena é narrada no conto *O Sorriso*, do escritor norte-americano Ray Bradbury, publicado em 1952 na edição inaugural da revista *Fantastic*. Quatro anos depois, em 1956, a pintura mundialmente famosa de Leonardo da Vinci foi atacada por duas vezes, com ácido e pedras, demandando longos anos de restauração após os atos de vandalismo. Longe de ser um profeta, o autor do clássico distópico *Fahrenheit 451* se inspirou nas montanhas de livros queimados na Alemanha nazista para dedicar sua obra à compreensão do instinto destrutivo que leva à iconoclastia. Uma conclusão preliminar de sua investigação é enunciada por um dos vândalos do conto: “Tom, tem a ver com o ódio. Ódio por tudo no passado. Eu te pergunto, Tom, como foi que chegamos a esse ponto, as cidades todas transformadas

em sucata, as estradas um quebra-cabeça por causa das bombas, e metade dos milhares reluzindo de radioatividade à noite?”, diz o personagem. “Você odeia tudo que te derrubou e te arruinou. Natureza humana. Irracional, talvez, mas é a natureza humana de qualquer modo.” Essa narrativa se passa no longínquo ano de 2251, mas é uma boa chave de leitura para se discutir alguns dos eventos de 2020.

Em 25 de maio, o assassinato brutal e covarde de um homem negro, George Floyd, por um policial branco em Mineápolis, nos Estados Unidos, provocou uma onda de protestos contra o racismo estrutural por cidades em todo o mundo. Manifestações foram registradas da Islândia ao Cazaquistão, passando por Brasil e Sri Lanka. A revolta generalizada foi acompanhada de atos de depredação de monumentos públicos que exaltavam personagens históricos controversos. O caso mais emblemático foi a remoção da estátua de Edward Colston (1636-1721), em Bristol, na Inglaterra, no dia 7 de junho.

O monumento em bronze erigido em 1895 foi retirado pelos manifestantes e lançado nas águas do cais da cidade, trespassada

.....
ANDRÉ CÁCERES é escritor, jornalista e crítico literário. Autor de *Cela 108* (2015) e coautor de *Corações de Asfalto* (2018). Tem contos em diversas publicações literárias e escreve sobre literatura e arte para o jornal *O Estado de S.Paulo*.

pelo rio Avon. Colston é um nome bastante comum no município, batizando escolas, logradouros e uma casa de concertos. Membro do parlamento inglês, ele foi um filantropo cuja fortuna foi erguida com o comércio de tecidos, frutas, bebidas... e escravos.

Aqui reside o ponto central da presente discussão. O que está sendo reavaliado, em última instância, é o real valor de um legado construído às expensas de vidas humanas e, principalmente, como lidar com essa herança. Ao todo, estima-se que Colston tenha doado, em obras de caridade, por volta de 11 milhões de libras esterlinas em valores corrigidos. Mas, ele participou ativamente no tráfico de 84 mil pessoas africanas, entre homens, mulheres e crianças (12 mil), das quais 19 mil morreram durante o transporte em navios negreiros, sob condições absolutamente desumanas. E, se muitas de suas benfeitorias, como escolas e hospitais, estão ativas ainda hoje em prol da população de Bristol, também há milhares de descendentes dos escravos vendidos por ele que ainda hoje sofrem, nas Américas e no Caribe, com a profunda desigualdade social observada em sociedades construídas com mão de obra escrava.

Não é necessário conduzir uma pesquisa muito aprofundada para constatar que, em países escravagistas como Brasil e Estados Unidos, as condições de vida dos descendentes de escravos tendem a ser extremamente desfavoráveis em relação às dos habitantes que descendem de seus senhores ou de imigrantes posteriores. Nesse caso, a expressão “tendem a ser” elimina as exceções costumeiramente pinçadas de modo a exaltar a superação pessoal, o empreendedorismo e uma suposta ordem meritocrática em detrimento da nítida desigualdade e baixíssima mobilidade social. Embora o ordenamento jurídico de tais países conceda direitos igualitários a todos os seus cidadãos, a letra da lei não se

reflete nas práticas institucionais, que tolhem o acesso a esses direitos fundamentais. É a esse fenômeno que se dá o nome de racismo estrutural. Ou seja, os protestos que levaram ao fundo do rio Avon a estátua de Colston não partem da mera insatisfação com ações individuais, mas sim de questões coletivas. Embora um fato específico - o assassinato de Floyd - tenha sido o estopim para a tomada de ação, a tendência de a violência policial ser direcionada às populações não brancas é muito bem documentada.

Dito isso, é compreensível que uma parcela da população historicamente prejudicada sintasse ofendida na presença de um monumento, uma rua ou um estabelecimento que exalte um dos tributários desse mesmo passado de opressão, embora esse não seja o intuito original da obra, uma vez que, à época da inauguração da estátua de Colston, em 1895, seu envolvimento com o tráfico humano não era tão bem disseminado quanto hoje entre os historiadores. No entanto, toda e qualquer destruição de patrimônio histórico e cultural — ainda que a estátua de Colston não possua, nem de perto, o valor estético e artístico, digamos, do Monumento às Bandeiras, sobre o qual vamos nos debruçar adiante — é uma perda para a humanidade de modo geral.

Conservar, destruir monumentos ou fazer intervenções?

Ativistas que defendem a derrubada de estátuas como a de Colston, todavia, consideram que atos como esse não são exemplos de vandalismo. Não se trata meramente de depredar uma obra, mas de retomar um espaço que deveria ser público e que não era graças a um monumento que demarca claramente quem de fato domina aquele

espaço. Em artigo para a *Deutsche Welle*, a jornalista egípcia baseada na Alemanha Wafa Al Badry opina: “Exigir a remoção de monumentos não é nem um pouco como a destruição pelo Estado Islâmico, que visava espalhar medo e executar atos de terrorismo. Pelo contrário: os manifestantes estão reivindicando a remoção de signos de opressão racial. O derrubamento de estátuas tampouco apaga a história. É antes um protesto político contra a celebração de uma história ou presente comuns, em que um lado ainda sofre as consequências daquela história”. De acordo com Al Badry, a presença de símbolos que consagram a supremacia branca em espaços públicos são entraves à superação do racismo e à descolonização, mantendo aberta uma ferida histórica ainda não cicatrizada.

Em uma simplificação grosseira, digamos que há dois extremos nessa questão: em uma ponta, conservar os monumentos exatamente como eles estão; na ponta oposta, destruí-los. Como vimos acima, as ações de uma figura histórica como Edward Colston produzem efeitos até os dias de hoje, cerca de 300 anos após sua morte. De um lado, manter sua estátua intacta é compreensivelmente ofensivo e ultrajante para pessoas que sentem na pele os efeitos nefastos provenientes dos atos de Colston, descendentes das pessoas que ele e seus colegas sequestraram, cujas vidas ainda hoje são arbitrariamente determinadas por condições socioeconômicas historicamente desfavoráveis. Do outro lado, destruir um monumento desencadeia certo revisionismo (ainda que o apagamento da história não seja o intuito dessa ação, como diz Al Badry) que pode produzir malefícios e ser contraproducente à luta antirracista.

Uma terceira via menos radical seria a intervenção crítica nessas obras. Nesse caso, a ação a ser tomada varia de acordo com cada

obra individualmente, levando em conta suas especificidades históricas, estéticas e até urbanísticas. Banský, codinome de um artista inglês que mantém anonimato, propôs que a estátua de Colston fosse retirada do rio Avon, recolocada em seu pedestal e que outras estátuas, dos manifestantes que a derrubaram, fossem erigidas ao redor dela, eternizando o momento de sua queda. Esse é apenas um exemplo de intervenção, mas as possibilidades são muitas. Dessa forma, o tributo a um traficante de escravos se torna uma ode à luta antirracista, algo mais útil à causa do que uma estátua no fundo de um rio, que nada faria pela conscientização das futuras gerações quanto ao flagelo do racismo. Além de intervenções, é possível transportar alguns monumentos do espaço público para um “museu do racismo”, onde eles poderão servir a propósitos historiográficos sem agredir a dignidade de ninguém. Em outros casos, uma legenda que contextualize aquela obra, colocando em contraste os valores atuais com os da época em que ela foi erigida, pode contribuir com a educação da população quanto ao passado e suas consequências.

Há que se levar em consideração, no entanto, que a estátua de Colston já vinha passando por uma reavaliação intensa. A casa de concertos batizada em sua homenagem estava em processo de mudança de nome, assim como algumas escolas, e a cidade de Bristol já havia mudado duas vezes a legenda de sua estátua nos últimos anos, atendendo a pedidos de ativistas e intelectuais, trocando o tom laudatório dos dizeres originais para informar a respeito do envolvimento do filantropo com a escravidão. Ou seja, é possível que intervenções modestas não sejam suficientes para aplacar o compreensível ultraje da população diante de tais figuras. Uma discussão abrangente a respei-

to de cada monumento em particular se faz necessária, dando voz, principalmente, aos movimentos negros.

A estátua de Colston não demandou nada além de uma corda para tombar, e há de se convir que sua ausência não será sentida por méritos estéticos. Sem entrar na infundável discussão sobre a qualidade artística, é ponto pacífico que a peça de bronze que repousa no Avon não tem a força, por exemplo, da obra modernista em granito esculpida por Victor Brecheret que adorna o portão 9 do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. No entanto, a influência racista no Monumento às Bandeiras é inegável. Não só porque os bandeirantes foram figuras controversas — que desbravaram o interior do Brasil, mas, no processo, escravizaram indígenas — mas pela composição: à frente, o homem branco cavalga imponente, enquanto atrás, o negro e o índio carregam seu barco pela mata.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, o professor Paulo Garcez Marins, chefe da Divisão de Acervo e Curadoria do Museu Paulista, falou sobre a dificuldade de se transportar algo da magnitude do Monumento às Bandeiras ou mesmo do Borba Gato, no bairro de Santo Amaro. “É preferível, do ponto de vista financeiro, construir um museu ao redor dela”, disse ele, acrescentando que o intolerável, de fato, é essas obras estarem expostas ao público sem qualquer tipo de contextualização que ofereça uma interpretação crítica dos seus significados. O Museu Paulista, aliás, reconhece ter sido um dos responsáveis pela construção da figura histórica dos bandeirantes como heróis e promete, em sua reabertura, em 2022, propor um debate mais produtivo em relação a seu acervo, pautado pelas demandas atuais da sociedade.

No entanto, não só de monumentos se faz

a presente discussão. Paralelamente à queda de estátuas pelo mundo, uma outra derrubada, mais silenciosa, vem sendo proposta: o veto a filmes, livros e obras de arte de cunho racista. O exemplo mais notório até aqui é a retirada de “...E o Vento Levou” do acervo da plataforma de vídeo sob demanda HBO Max e sua posterior disponibilização acompanhada de uma introdução. O filme de 1940, dirigido por Victor Fleming e adaptado do romance de Margaret Mitchell, se passa na Guerra Civil Americana, período sensível para a questão racial nos EUA. A obra perpetua estereótipos da relação entre escravos e senhores que, além de historicamente imprecisos, são ofensivos à população afro-americana. No entanto, sua exclusão definitiva do catálogo seria pouco produtiva ao debate antirracista por vários motivos. Sem acesso livre à obra, ela pode se tornar objeto de culto de grupos que propagam ódio, além de passar a circular clandestinamente de modo a enfatizar seu conteúdo discriminatório em vez de colocá-lo em discussão — como ocorre, por exemplo, com o famigerado *Minha Luta*, livro de Adolf Hitler.

Evitar que a arte seja reduzida a algo apenas ideológico

No cinema, os exemplos mais gritantes de obras canônicas cuja relevância artística é inegável e que carecem de contextualização são os filmes de D. W. Griffith, como *O Nascimento de uma Nação* (1915) e *Intolerância* (1916); e os documentários de Leni Riefenstahl, como *Triunfo da Vontade* (1935) e *Olympia* (1938). Nessas obras há, respectivamente, clara apologia à Ku Klux Klan e ao nazismo. Griffith era descendente dos confederados escravagistas e Riefenstahl foi praticante a cineasta oficial do Terceiro Reich.

Apesar de veicularem discurso de ódio, esses filmes não poderiam ser apagados do registro histórico sem grande perda para o cinema, por suas inovações estéticas e formais para a sétima arte. É importante que eles estejam disponíveis tanto para espectadores quanto para aspirantes a cineastas e historiadores. Eles são, além de obras fundamentais para a técnica cinematográfica, documentos importantes para a compreensão do racismo. Da mesma forma que é importante investigar como foi possível o surgimento da figura dos bandeirantes para que possamos desconstruí-la, se quisermos combater o preconceito precisamos entender suas raízes. Assim como os monumentos, esses filmes devem estar disponíveis para o público, mas sempre com direito a uma contextualização que os torne educativos — em vez das meras peças de propaganda discriminatória que eles seriam se fossem distribuídos clandestinamente.

A literatura está repleta de exemplos semelhantes aos já citados, como o de José de Alencar, que assinou cartas em defesa da escravidão e foi expoente do romantismo brasileiro. Ou o criador do horror cósmico norte-americano, Howard Phillips Lovecraft. Ele era expressamente racista, sexista e xenófobo. No entanto, esses preconceitos permeiam a construção de sua própria verve literária, influenciando até mesmo as descrições dos horrores de que tratam suas narrati-

vas. Na verdade, são raros os escritores cuja biografia não é maculada por algum tipo de opinião pouco adequada aos tempos atuais. Sempre que a obra de algum deles entra em domínio público, como ocorreu recentemente com Monteiro Lobato, não apenas seu legado entra em discussão, como surgem também propostas editoriais de alteração em seus livros.

Porém, essas propostas devem ser encaradas com bastante cautela. Mais interessante do que censurar trechos potencialmente racistas de Lobato ou Lovecraft é contextualizá-los criticamente, como algumas editoras vêm fazendo com os clássicos infantis do criador do Sítio do Picapau Amarelo. Há também a possibilidade de ressignificá-los, como o romance *Território Lovecraft*, de Matt Ruff. Lançado em 2016, ele colocou em pauta as questões problemáticas da obra de Lovecraft sem apagar seus méritos literários, usando um protagonista negro para transformar o racismo em elemento de horror.

Não se trata de fingir que não há nada de errado quanto às opiniões e vidas dessas e de outras figuras, mas sim evitar que a arte seja reduzida a uma questão meramente ideológica — embora a arte sempre possua uma dimensão intrinsecamente política. Ainda que o impulso destrutivo que Bradbury descreve seja compreensível, é importante que não nos transformemos nos censores que tanto condenamos.

Raça e Eleições: a Importância de Incluir Mais Negros na Representação Política

.....
LUIZ AUGUSTO CAMPOS

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, em agosto, impor regras mais equânimes para a distribuição de recursos de campanha e do tempo de televisão para candidaturas pretas e pardas. A partir de uma provocação da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), o Tribunal entendeu que as regras de financiamento aplicadas às candidatas mulheres pelo STF, em 2017, valiam também para as candidaturas negras, embora não tenha criado uma cota como aquela existente desde 2009 para as candidatas. A decisão será válida a partir das eleições de 2022, a menos que uma lei suste ou regule a questão.

A ausência de negros e negras na política brasileira é um fato notório. Basta acompanhar o noticiário cotidiano para perceber que os postos de poder são ocupados por homens brancos, quase sempre de meia idade e oriundos de classes médias e altas. Vale destacar que a ausência de negros e negras reflete não apenas as desigualdades raciais existentes na sociedade, mas também o acesso desigual deles a recursos de cam-

panha, como dinheiro e tempo de televisão. Apenas para se ter uma ideia, nas eleições de 2018, candidatos brancos receberam, em média, R\$227 mil, enquanto pardos, R\$112 mil, e pretos, 89 mil. Ao que parece, está aí o grande gargalo de um funil que faz com que pretos e pardos sejam mais da metade da população nacional, mas ocupem apenas um quarto da Câmara dos Deputados. Esta desigualdade cresce ainda mais quando observamos os cargos ocupados via eleições majoritárias, como prefeituras, governos estaduais e Senado. Portanto, parece uma injustiça flagrante que metade da população esteja alijada da política formal.

Mas, para além do resultado desses números, fica a questão: por que o Brasil precisa de mais negros e negras na política? A questão está longe de ser simples. O princípio básico das democracias representativas é que a composição da política deveria refletir as escolhas dos eleitores e eleitoras. Estes são vistos como os melhores juízes de seus interesses e valores e, portanto, as características da representação política refletiriam a vontade popular manifestada nas urnas. Ademais, não é forçoso que a inclusão de negros na política leve ao fortalecimento de uma pauta antirracismo, já que nem todo negro está necessariamente comprometido com essa bandeira. Isso fica particularmente claro quando observamos a si-

.....
LUIZ AUGUSTO CAMPOS é professor de sociologia e ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). É autor de vários textos sobre raça e política e pesquisador do CNPq.

tuação de outro grupo social sub-representado, as mulheres. A ascensão recente de mulheres de extrema-direita ao parlamento mostra que não há qualquer associação forçosa entre perfil social e ação política.

Ainda assim, existem boas razões para defender medidas que incrementem a participação de pretos e pardos nas esferas decisórias, bem como de mulheres. Primeiro, porque a composição da representação política não reflete apenas as preferências dos eleitores, mas também as restrições presentes na própria competição eleitoral. Tradicionalmente, negros têm menos acesso a partidos grandes e fortes no Brasil, o que reduz substantivamente suas chances eleitorais. Ademais, eles têm menor acesso a recursos de campanha e tempo de televisão, sendo menos conhecidos pelos eleitores. Embora tais dados sejam evidências robustas de processos discriminatórios, eles não necessariamente têm a ver com racismo explícito. Na maior parte dos casos, as executivas partidárias têm incentivos para investir em candidaturas vistas com grande potencial de angariar votos e, assim, aumentar o número de cadeiras controladas pela legenda como um todo. Daí certa tendência a investir em políticos que tenham “cara de políticos”, o que quase sempre implica a reprodução de um perfil já predominante. Tudo isso se torna ainda mais importante em um país onde a quantidade de recursos arrecadados é determinante para a quantidade de votos obtidos. Assim, a decisão do TSE não cria privilégios para um grupo específico, mas justamente o oposto. Ela mitiga as desigualdades de competição, aumentando, assim, a liberdade de escolha dos eleitores e eleitoras.

Mas, mesmo em um cenário futuro de competição eleitoral mais equânime, é possível que os eleitores e eleitoras permane-

çam escolhendo candidatos brancos, embora as pesquisas disponíveis não detectem vieses raciais por parte desses. Ainda assim, a inclusão de mais negros na política permanecerá importante.

Dar voz aos que vivem a desigualdade e a discriminação

Como já sugerimos, não é forçoso que políticas mulheres, por exemplo, defendam a descriminalização do aborto. Do mesmo modo, nem todo político negro defenderá políticas de ação afirmativa racial. Contudo, a política não pode ser reduzida a um espaço de embate entre interesses e opiniões. Muitas problemáticas que penetram o parlamento suscitam novas questões sobre as quais os políticos eleitos não necessariamente têm opiniões consolidadas. A política não é apenas o espaço de expressão de interesses e valores pré-formados, mas também da deliberação pelo diálogo e da eventual modificação das visões tanto de eleitos quanto de eleitores. Por isso, é relevante incluir nessas deliberações a experiência vivida, porém silenciada, de grupos subalternos. Uma discussão das leis sobre aborto será necessariamente limitada se só contar com as perspectivas de homens sobre a temática. Do mesmo modo, um debate sobre a expansão das ações afirmativas raciais que envolva apenas brancos terá limites patentes, por exemplo. Daí a importância de se considerar as perspectivas e o conhecimento vivido pelos setores das populações mais atingidas, positiva ou negativamente, pela ação estatal que a elas dizem respeito.

Isso não nos deve levar a crer, contudo, que políticas mulheres ou políticas e políticos negros só devam adentrar o parlamento porque possuem um conhecimento vivido importante na deliberação de temáticas de

gênero e/ou raciais. É óbvio que essas discussões certamente se beneficiarão mais de suas perspectivas sociais e de suas experiências vividas, mas não somente elas. Vivemos em um país profundamente desigual no qual a parte mais dependente das políticas estatais de saúde, educação, segurança etc. é justamente aquela sem voz política: mulheres, negros e, sobretudo, mulheres negras. Ademais, raça e gênero são clivagens estru-

turantes da sociedade e do modo como nosso Estado se organizou historicamente. Toda questão política, das medidas econômicas de austeridade a políticas educacionais para jovens, possui dimensões raciais e de gênero. E não basta apenas atentar sempre que possível para essas dimensões estruturantes: é importante considerar aqueles e aquelas que vivem no corpo as desigualdades e as discriminações de gênero e de raça.

Cultura no Governo Bolsonaro: Avaliação e Ajustes

.....

RONALDO BIANCHI

“...a cultura antecede e sustenta o conhecimento, orienta-o e confere-lhe uma funcionalidade precisa...”

Vargas Lhosa

A eleição de 2018 apresentou três prováveis finalistas para o segundo turno: Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes. Examinando seus planos de governo, verificamos que o tema cultura é encontrado com destaque nos planos do PT e PDT. No Plano “Caminho para Prosperidade”, do candidato vencedor, não há citação sobre cultura (1). Quando examinamos os 67 registros da Câmara dos Deputados, de 2016 a 2018 (2), não encontramos qualquer referência sobre o tema. Portanto, não surpreende o tratamento dispensado pelo presidente à

cultura. Vargas Lhosa, que está longe de ser um esquerdista, posiciona a cultura como pilar do processo civilizatório. Bolsonaro despreza a matéria.

O desmonte

A pós 18 meses de governo, o setor foi rebaixado de Ministério para Secretaria, abrigada em dois ministérios, e está no quarto dirigente. O desmonte se concretiza por alguns fatores. Destaco:

1. A inépcia: Se o governo empreendesse uma ideologia de direita, haveria referências que sustentariam uma política pública. Mas, o governo não apresenta nada concatenado. Vivemos uma ausência ideológica, preenchida por atitudes que desaceleram a eficiência pública e prejudicam a produção cultural. Não há referencial ideológico. A gestão é pautada pela incapacidade de organizar uma relação do que fazer. O presidente e seu grupo elegeram como áreas de influência: as relações exteriores, o meio ambiente e a educação. A cultura, creio, é um substrato mal-acabado do que pensam sobre educação. Veja artigo de Bolívar Lamounier

.....
RONALDO BIANCHI é diretor da Bianchi&Associados, conselheiro do Conselho Superior de Infraestrutura (Coinfra) da Fiesp e conselheiro da Revista Interesse Nacional. Foi diretor-executivo do Instituto Lina Bo Bardi, vice-presidente de Gestão da TV Cultura, secretário-adjunto da Cultura do Estado de São Paulo, vice-presidente do Itaú Cultural, superintendente-geral do Museu de Arte Moderna de São Paulo e gerente administrativo do Memorial da América Latina.

(Estadão 26/7/2020) (3). Além disso, o presidente não cita qualquer referencial teórico ou de melhores práticas como modelo público de gestão a seguir em seu governo. Ele ignora referenciais e não se acerca de ou não conhece quem poderia colaborar com eficácia. Portanto, o que podemos enxergar deste governo é um encontro do nada com o lugar nenhum. A inépcia confirma o desmonte.

2. Agressões: O presidente, seus mais próximos seguidores e o influenciador oficial, o autodidata Olavo de Carvalho, atacam a reputação de artistas (4) e as funções da lei de incentivo, quando não ironizam as premiações internacionais de artistas e as produções nacionais.

3. A liderança inapta: Os dirigentes indicados pelo presidente não reuniram as qualidades necessárias para um bom desempenho à altura da importância do cargo. Isso é comprovado pela alta rotatividade dos ocupantes: em 18 meses de governo, estamos no quarto candidato. Alguns dos presidentes anteriores escolheram pessoas que reuniam pelo menos experiência, representatividade política e contribuições para o serviço público. Entre eles, podemos citar: Celso Furtado, José Aparecido de Oliveira, Ipojuca Pontes, Jerônimo Moscardo e Francisco Wefort. Agora, o quarto, o ator Mario Frias. Cedo para avaliar, mas comparações são inevitáveis.

4. A cultura não é estratégica: O governo não tem uma proposta, por mínima que seja. O presidente, quando candidato, não mencionou o tema cultura em seu programa de governo. Nem quando deputado, nos últimos três anos que an-

tecederam a sua eleição. Não faz saber suas propostas e o legado de seu governo. Não há referência ou rascunho sobre o que deveria ser ajustado para melhorar o desempenho do setor. Salvo quando um dos antigos secretários do cargo citou Joseph Goebbels: “arte brasileira da próxima década será heroica e imperativa”. Foi demitido pela pressão da opinião pública por associar o governo ao ideário nazista.

5. A visão da categoria cultural como inimiga: Há dificuldade em separar o setor cultural dos desafetos do setor para com seu governo e vice-versa. O desprezo paralisa a possibilidade de ajustes que seriam necessários para organizar o setor dentro e fora do governo. Uma proposta mínima de política pública não foi elaborada.

6. A inexplicável dificuldade em nomear uma equipe resolutiva: Não faltam nomes da direita, centro-direita ou de centro com qualificações para empreender uma razoável gestão. As nomeações foram baseadas em critérios discutíveis, como fama e amizades. O despreparo é o máximo divisor comum dos dirigentes indicados para liderar a cultura deste governo. Não se faz boa gestão com gente despreparada.

A impressão que se destaca é o desprezo unido ao despreparo revelados na ausência de proposta, inépcia sobre nomeações, ausência de repertório e a má qualidade da governança cultural deste governo.

Linha do tempo: poder público e cultura

A bordaremos aspectos estruturais e de financiamento público federal.

- Era Vargas: O governo impulsiona o financiamento ao sancionar as leis: das Organizações de Utilidade Pública - Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935; e das Subvenções - Lei nº 115, de 13 de novembro de 1935. O período iniciou a política do clientelismo institucional. Articulou, ainda, duas iniciativas favoráveis: a criação do sistema S, 1942 - Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Em 1953, cria o Ministério da Educação e Cultura (MEC), sucedendo o Ministério dos Assuntos da Educação e Saúde Pública, lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953.
- Eurico Gaspar Dutra: criou o mecanismo da renúncia fiscal, inseriu no regulamento do Imposto de Renda a dedução de qualquer contribuição para a entidade reconhecida como de utilidade pública – decreto lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943. Em 1946, cria o Sesi – Serviço Social da Indústria e o Sesc – Serviço Social do Comércio, para a promoção cultural e esportiva às categorias que abrigavam. Tornaram-se entidades poderosas com orçamentos que superaram a renúncia fiscal e o orçamento público federal da cultura.
- Juscelino Kubitschek, 1959: o governo de JK amplia a capacidade de financiamento. A partir da lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, as entidades deixam de recolher a parte do empregador sobre as contribuições sociais do INSS.
- Os militares, 1964: criaram a Embrafilme e abrigaram a Cinemateca Nacional para promover o cinema nacional e sua memória, Fundação Nacional de Artes (1975), Fundação Nacional Pró-Memória (1979).
- José Sarney, 1985. Criou o Ministério da Cultura (Minc). Logo em seguida, sanciona a primeira lei de incentivo federal (Lei 7.505/86). Acreditava a cultura como sendo formadora da nacionalidade. A lei não exigia prestação de contas das atividades e a sua aplicação era facilitada. Com isso, multiplicaram-se as oportunidades. O que facilitou, por outro lado, o seu uso para ações inescrupulosas.
- Fernando Collor de Mello, 1990. Extinguiu a lei Sarney por motivos certos de forma errada. A lei se transformara em objeto de planejamento tributário. Tomou a parte como um todo. Para reparar o estrago, Collor promulga a lei de incentivo - Lei Rouanet - Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, ainda vigente.
- Fernando Henrique Cardoso, 1986. Criou a Ancine em 2001, na esteira da criação das Agências Nacionais, e promoveu a Lei Rouanet. Nesse período, as empresas públicas lideraram as contribuições de financiamento. Participaram: Petrobras, BNDES, Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Infraero, Embraer, Embratel, entre outras. Essas empresas ofereceram impulso decisivo para a aplicabilidade do mecenato.
- Período dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), retirando do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) as funções de gerência dos museus públicos, regulando as coleções e os museus privados. Foi promulgado o Plano Nacional de Cultura, que, por ser genérico, não atende à prioridade da função do Estado. Surge o financiamento autônomo para o Cinema Nacio-

nal gerido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), por meio das contribuições obrigatórias das redes de TV a cabo e das taxas de exibição de filmes e propagandas.

- Michel Temer. O ex-presidente extinguiu e recriou o Minc.
- Jair Bolsonaro. O presidente extinguiu o Minc e o submeteu primeiramente ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao do Turismo. Nomeou até o momento quatro dirigentes em 18 meses de mandato.

Panorama Setorial

Visto de longe, o setor cultural parece uma massa decifrável e homogênea. Não é. Ele é bem complexo e particularizado. Composto por linguagens, gêneros, identidades, interesses institucionais e empresariais diversos. Algumas situações convergentes e outras antagônicas. Constituído por funções específicas que, isoladamente, harmonizam o todo: formação, difusão, memória e patrimônio histórico.

O setor sofre de assimetria quanto a governança. Algumas áreas estão bem-postas, enquanto outras não alcançam uma representatividade qualificada. Faltam foco e preparo. Falta liderança para organizar e definir alvos de interesses e agir profissionalmente como qualquer outro setor econômico /produtivo. Outro fato relevante é o da imagem coletiva. O setor deveria trabalhar muito mais para ser percebido pela sociedade como força criativa, formadora e econômica. Quais são os pontos para serem superados? Apontamos alguns:

- 1) Aprimorar a governança de cada subsetor e o seu conjunto.

- 2) Criar uma política pública de cultura que determine quais seriam os pontos de interesse do Estado para promover a cidadania e a ascensão social.

- 3) Reformular o atual formato de financiamento público do setor.

- 4) Estimular uma produtiva representação das categorias profissionais.

- 5) Dialogar, em vez de se opor. Encontrar interlocutores no legislativo para fazer valer seus interesses.

Faço aqui uma ressalva. O setor de cinema há muito tempo entendeu seu papel e definiu seus interesses, unificando o discurso. Não disputa verbas e distribui os recursos angariados pelo sistema de TV a cabo, exibições de filmes internacionais e outras fontes. O setor é atento às horas exclusivas para conteúdos nacionais, no montante arrecadado para o fundo setorial. Alcança foco, independência e governança.

Enquanto isto, os outros setores não consolidam formatos de interesse. Há razões que explicam, mas não justificam a dispersão. O esforço por ampliação de recursos e alteração do atual formato de financiamento público não é concatenado. Acrescente-se a isso o repúdio da categoria pela gestão atual, e o que se apresenta são manifestações catárticas. Os setores proporcionam luzes, mas não geram energia para alterar a situação. O modelo atual é mal operacionalizado e, de certa forma, precisa de reformas. Não atende à maioria dos agentes culturais. Como o modelo não é simétrico, atende a uma minoria organizada e impede o benefício isonômico para a maioria. Explicarei nas conclusões uma proposta para reparar assimetrias. A maioria

dos setores não reúne liderança para definir quais esforços deveriam ser empreendidos para alcançar representatividade e estabelecer uma união de propósitos. Para entender a complexidade do setor cultural, podemos enumerar as seguintes características:

- A peculiaridade das expressões artísticas: artes plásticas, cinema, circo, dança, literatura, música, memória, patrimônio histórico e teatro.
- A diversidade das representações: diversos elementos culturais, como gênero, etnias, raça e migrantes, entre outros.
- As personalidades jurídicas dos agentes operadores:
 - a) Artesãos, artistas e trabalhadores autônomos;
 - b) Empresas individuais até corporações com ações em bolsa de valores;
 - c) Cooperativas profissionais;
 - d) Entidades sem fins lucrativos vinculadas a empresas e afortunados;
 - e) Entidades sem fins lucrativos independentes;
 - f) Entidades paraestatais, como Sesi e Sesc, que atuam em paralelo ao Estado, recebendo recursos de renúncia pública;
 - g) Entidades governamentais coligadas, como Cinemateca, Funarte, Ibram e Iphan, entre outras.

Financiamento Público: ocorre na execução da:

Lei federal: O assunto lei federal é pa-

cificado para as empresas que aportam as suas renúncias fiscais. A lei funciona. As empresas aportam o que podem e onde querem. É uma prerrogativa da lei. Atendem, em consequência, a minoria de agentes de produção e formação. O Fundo Nacional de Cultura, que deveria corrigir distorções, não é operante. Assim, fica de fora a maioria das empresas. Resta a essa massa compartilhar recursos por escassos editais públicos das esferas estaduais e municipais.

Emendas parlamentares:

São articuladas a favor de algumas entidades, porém sob supervisão ou vinculadas aos estados e municípios.

Estes pontos formam um conjunto complexo e assimétrico quanto à distribuição de recurso e ao acesso a oportunidades. A maioria exerce precariamente suas funções.

Conclusões

Podemos concluir que ocorreram avanços nas eras Vargas, Sarney, FHC, Lula e Dilma, com a criação de estruturas e formatos de financiamentos. Porém, não houve definição de uma proposta de política pública. Temer paralisou a cultura e Bolsonaro a está afundando.

O que melhorar e corrigir?

1) Nenhum dos governos estabeleceu uma política pública de cultura com definição das áreas de interesse público. Portanto, há necessidade de se criar uma lei que defina o que é prioritário para o investimento público, distinguindo os aspectos institucionais dos econômicos.

2) Distorções e correção no texto da lei federal e aplicação em mecanismos existentes.

- A)** O Mecenato tornou-se extremamente seletivo. As empresas privadas elegeram e estratificaram as suas aplicações em núcleos de interesse permanente. Esse processo tem impedido o acesso a recursos para a maior parte dos desprovidos de relacionamento ou de esfera de influência.
- B)** O Fundo Nacional de Cultura está desativado. Ele serviria para regular as assimetrias quanto à distribuição de recursos geograficamente e por áreas de expressões. Verbas de orçamento são negadas e as de origens, contingenciadas. O Fundo está morto. A sua correta aplicação ofereceria algum equilíbrio para financiamento público.
- C)** Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) não contêm interesse operacional.
- D)** Reformar a lei para eliminar o capítulo do Ficart; introduzir a aplicação exclusiva de editais para as aplicações das renúncias empresariais; alterar a dedução do IR por outro imposto de consumo – desta forma, empresas de todos os setores poderiam participar, sem a condicionante do lucro –; e introduzir a obrigação orçamentária de dedicar igual valor da renúncia para o Fundo Nacional de Cultura.
- 3)** Avaliar se uma Agência Nacional de Cultura, espelho da Ancine, poderia financiar as áreas do entretenimento, vinculando a lei de incentivo à função de atender exclusivamente às entidades sem fins lucrativos e às expressões remanescentes.

Fontes

*1: <https://www.justificando.com/2018/08/28/disponibilizamos-na-integra-o-plano-de-governo-do-seu-candidato-a-presidencia-da-republica/>. ;

**2: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?CurrentPage=30&txIndexacao=&BasePesq=plenario&txOrador=JAIR%20BOLSONARO&txPartido=&dtI>

***3: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,elegia-para-um-pais-a-deriva,70003326409>

****4: <https://diplomatie.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>; <https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/olavo-de-carvalho-tenta-ultima-cartada-para-processo-de-caetano-veloso/>

A Política e a Estratégia Nacional de Defesa

.....
RUBENS BARBOSA

O Executivo nacional encaminhou ao Congresso três documentos relacionados com a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco da Defesa Nacional.

A PND apresenta o contexto da política nacional de defesa, seus fundamentos, o ambiente nacional e o internacional, a concepção política de defesa e os objetivos nacionais de defesa. A END discute a concepção estratégica de defesa, os fundamentos (poder nacional, capacidade nacional de defesa, base industrial de defesa, recursos humanos, ações de diplomacia, setor de defesa, estratégias e ações estratégicas de defesa). Ambos os documentos procuram responder aos desafios percebidos pelo atual governo e mostrar, em linhas gerais, o planejamento das prioridades para a defesa do País.

Voltada prioritariamente para ameaças externas, a política de defesa estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional. Os

objetivos gerais são: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; preservar a coesão e a unidade nacionais; salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional; contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e a sua inserção em processos decisórios internacionais.

A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às estratégias e medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes, e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País.

.....
RUBENS BARBOSA é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice). Foi embaixador em Londres e em Washington. É editor responsável desta Revista.

O livro Branco da Defesa, entre outros aspectos, apresenta os princípios básicos da defesa nacional e analisa os sistemas internacionais, regional e o do Atlântico Sul; examina os tratados e regimes internacionais com reflexos para a defesa (desarmamento, não proliferação de armas nucleares, mar, Antártida e espaço exterior e meio ambiente); indica a aproximação da política externa e de defesa; explica o funcionamento do Ministério da Defesa e de seus órgãos; elabora análises sobre os setores estratégicos para a Defesa (nuclear, cibernética e espacial); apresenta os sistemas de monitoramento e controle; de gerenciamento da Amazônia Azul, de fronteiras, de controle do espaço aéreo, de mobilização nacional, do serviço militar, de inteligência de Defesa; determina a participação do Brasil em missões de paz, além da atuação das forças armadas na garantia da lei e da ordem e dos programas sociais da Defesa com ações subsidiárias e complementares.

Em vista da limitação de espaço, vou comentar alguns aspectos que me pareceram mais importantes para a compreensão das questões da Defesa Nacional, suas limitações e as distorções que decorrem da forma como o documento é concebido e elaborado.

País pacífico, cuja constituição advoga a solução negociada dos conflitos, a única guerra com vizinhos em que o Brasil se viu envolvido foi contra o Paraguai, em 1865. Todos os conflitos de fronteiras foram resolvidos em entendimentos bilaterais ou por arbitragem. Com esse pano de fundo, não é difícil explicar a falta de uma forte cultura de Defesa, como nos EUA, na Rússia e na Europa. Os 21 anos de autoritarismo contribuíram, por outro lado, para as restrições posteriores à renovação do equipamento militar obsoleto, talvez pelo receio da área política de es-

timular o ressurgimento do poder militar no Brasil. Hoje, conhecemos os nomes dos juízes da Suprema Corte, mas, ao contrário do que ocorreu entre 1964 e 1984, não sabemos quem são os comandantes militares, nem a identidade do ministro da Defesa.

A ausência dessa cultura de Defesa explica, em grande parte, as constantes reduções de recursos públicos para a manutenção da capacidade operacional das três forças e as reações negativas quando se registra um aumento para 2% do orçamento, como ocorre agora. E isso não parece despertar qualquer preocupação na sociedade quanto aos riscos para a proteção de nosso território terrestre (fronteiras) e marítimo (plataformas de exploração de petróleo) e para uma reação adequada às novas ameaças globais, como o tráfico de armas, de drogas, o terrorismo e a guerra cibernética.

Uma quarta força militar: engenheiros e administradores

Cabe indagar se o documento apresentado ao Congresso Nacional para exame e deliberação responde aos novos desafios de um mundo em rápida transformação e à perda de protagonismo do país no entorno estratégico, na linguagem da ESN. É importante ressaltar, de início, a dificuldade de se examinar essa matéria pelo fato de os objetivos nacionais carecerem de uma grande estratégia com visão de médio e longo prazos. Além disso, em tempos de paz, sem ameaça de conflito plausível e iminente, a atividade principal do Ministério da Defesa não deveria ser a preparação para operação de combates, mas sim a logística de defesa para aumentar sua capacidade de dissuasão, como seguidamente repetido no documento. Nesse particular, como uma primeira observa-

ção seria urgente o exame de uma profunda reforma das instituições, separando as operações de logística (indústria, instituições científicas tecnológicas (ICTs) e a gestão de tudo isso) das de defesa. Sendo suas finalidades muito distintas, impõe-se a criação de órgão independente, como foi feito nos anos 60, na França. O modelo francês da DGA (Délégation Générale de L'Armement) é baseado em uma quarta força militar, formada basicamente por engenheiros e administradores oriundos das melhores universidades francesas. Essa força é complementada por civis com qualificações semelhantes. O Brasil dispõe de uma massa crítica de técnicos, civis e militares que poderiam integrar essa instituição. Trata-se de uma decisão política de alto nível em que sairiam ganhando as forças armadas e a defesa nacional.

Depois de pouco mais de 30 anos, o mundo volta à era de competição entre superpotências, com o declínio da dominação dos EUA e a emergência tecnológica, comercial e militar da China. Ao contrário do que se anunciava no pós-Guerra Fria, quando a distensão mundial e a globalização reduziram os níveis de confrontação e ampliaram a prosperidade econômica, em um contexto de redução do papel do Estado, nos últimos anos, tem crescido o espectro do conflito estratégico militar entre as maiores potências e ressurgido a competição pela supremacia global.

Qual seria o papel do Brasil como uma das dez maiores economias do mundo, a quinta em território e a sexta em população? Como o Brasil deveria se posicionar, em termos de Defesa, em seu entorno geográfico e área de influência? Como enfrentar o déficit de geração tecnológica face à rápida obsolescência dos equipamentos militares e dos projetos especiais das três forças? Como

evitar que a crise entre os EUA e a China seja transplantada para a América do Sul e interfira no interesse nacional? Como levar adiante uma agenda de defesa que atenda aos interesses brasileiros?

A área de influência do Brasil, como definido na PND, abrange América do Sul, Antártica e o Oceano Atlântico até a costa ocidental da África. A referência à integração regional amplia o entorno por incluir a América Central e a América do Norte. A menção a possíveis tensões e crises no entorno estratégico e a disponibilidade do Brasil para contribuir na solução de controvérsias ou para defender seus interesses podem ser interpretadas como se o Brasil pudesse empregar as FFAA em intervenções militares, em contradição com o disposto na Constituição. Por ação do governo brasileiro, o Conselho de Defesa desapareceu com o fim da Unasul, sem nenhuma proposta de substituição feita por Brasília.

O entorno geográfico brasileiro detém significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. No Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - Zopacas, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, como pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região. Assim, as expressões do Poder Nacional devem estar adequadamente capacitadas para fazer valer os interesses nacionais. Potências externas, como China, Rússia, EUA e Irã têm incrementado sua presença e influência nessas áreas, sem

qualquer referência nos documentos de política e de estratégia de defesa. Por outro lado, nada se menciona sobre as consequências do ângulo da Defesa da iniciativa chinesa da nova rota da seda (Belt and Road Initiative) na América Latina. Outros elementos estratégicos deveriam ter merecido exame dos documentos: a nova doutrina da Otan inclui seu âmbito não só no Atlântico Norte, mas também no Atlântico Sul, área de direto interesse do Brasil, a inclusão de Brasília como aliado estratégico dos EUA fora da Otan e a participação brasileira nos trabalhos do Comando Sul dos EUA, em Miami. Nem a política, nem a estratégia examinaram as implicações desses fatos sobre os interesses nacionais.

Sendo um país grande, como referido acima, com possibilidade para transformar-se em uma potência com características diferentes, a amplitude das atividades de defesa deveria ajustar-se aos anseios e às ambições que seu poder pode projetar. Nesse sentido, um planejamento na área de defesa não pode deixar de incluir a Europa, a África e a China.

As rápidas transformações tecnológicas exigem um esforço para estimular a Base Industrial de Defesa a pesquisar para complementar as aquisições externas. A falta de isonomia tributária favorece a importação de armas dos EUA, como acontece agora com a compra de armas para a polícia em detrimento da produção nacional. A indústria brasileira de defesa, em especial a empresa estratégica, terá de se internacionalizar ou se abrir e formar "joint-venture" com empresas estrangeiras para ter acesso a novas tecnologias e financiamento, enquanto não houver avanço autóctone significativo em inovação e financiamento. As três áreas ressaltadas na Estratégia de Defesa Nacional (cibernética,

energia nuclear e espaço) deveriam merecer estímulos, como ocorre nos EUA e na Otan, para que a produção nacional supere as vulnerabilidades cada vez maiores de nossos materiais bélicos e responda aos novos desafios de inteligência artificial.

No setor nuclear, o Brasil é um dos países mais atuantes na causa da não proliferação de armas atômicas. Sem renunciar ao domínio da tecnologia nuclear, optou por empregá-la para fins pacíficos, decisão consubstanciada no texto constitucional e referendada pela adesão do País ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, registra a END. Os objetivos incluídos na END, além de genéricos, em alguns casos são difíceis de concretização como “o aprimoramento das tecnologias e as capacitações para a completa nacionalização da construção do submarino nuclear”, sobretudo pelo diferimento no tempo por falta de recursos da entrega do submarino, o que implicará a obsolescência dos equipamentos e dos sistemas agora utilizados. O Brasil detém a sexta maior reserva de urânio do mundo, mas nossa produção representa apenas 15% do consumo de Angra 1 e 2. O minério é um monopólio da União, e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), sem recursos adequados, é responsável pela prospecção, pesquisa e lavra do urânio. Desde 2015, contudo, a produção foi suspensa porque a mina a céu aberto em Cachoeira, na Bahia, a única em exploração no Brasil, deixou de ser viável economicamente. De 2000 a 2015, a produção de concentrado de urânio abasteceu Angra 1 e 2, mas, a partir de 2016, o Brasil tem importado urânio para abastecê-las. Com a construção de Angra 3 e, nos próximos anos, com a provável expansão das usinas nucleares, a demanda interna crescerá significativamente.

As bases para uma nova visão dessa

questão foram lançadas em dezembro passado com a consolidação da Política Nuclear Brasileira, cuja finalidade seria orientar o planejamento, as atividades nucleares e radioativas no país, levando em conta a soberania nacional, com vistas ao desenvolvimento e à proteção da saúde humana e do meio ambiente.

Ataques cibernéticos a redes de informação

O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, produziu documento que trata do fomento à pesquisa, da prospecção de minérios nucleares e do incentivo à produção nacional para atender à demanda interna e à exportação, além de assegurar o recurso geológico estratégico do minério nuclear. A nova política é importante porque prevê a quebra do monopólio e a abertura do mercado brasileiro.

No setor cibernético, engatinhamos nos esforços para a proteção da segurança das comunicações governamentais e privadas. O Centro de Defesa Cibernética - criado no âmbito do Ministério da Defesa em 2010 -, previsto na Estratégia Nacional de Defesa, continua afetado pela falta de recursos financeiros. A situação atual, que pode ser considerada como “vulnerável”, tem-se agravado pela velocidade das mudanças e pela intensificação dos ataques cibernéticos a nossas redes de informação. No Brasil, nos últimos anos, instituições públicas e empresas têm sido objeto de ataques por *hackers* e por organizações no exterior. A guerra cibernética se assemelha à guerra insurrecional, com a diferença de poder planejar e executar a ação à distância, longe do inimigo. A utili-

zação de algoritmos de inteligência artificial multiplicará o impacto das ações e criará no adversário novas vulnerabilidades. Será mais difícil a identificação de seus autores, pela utilização dos robôs para autorizar a difusão de falsas informações nas redes sociais ou para a disponibilização com livre acesso de algoritmos, permitindo incluir pessoas em qualquer vídeo e colocar em sua boca o que se deseje que ela diga. É possível que já estejam acontecendo operações de espionagem cibernética, de sabotagem ou de influência comandadas de maneira completamente autônoma, necessitando apenas do sinal verde de alguém.

No setor espacial, a Força Aérea, em conjunto com a Agência Espacial Brasileira, por intermédio de todo o complexo científico-tecnológico e da interação com a Base Industrial de Defesa, tem repetido a cada quatro anos a prioridade de desenvolver soluções nacionais para veículos lançadores de satélites e tecnologias associadas que permitam fazer uso de plataformas espaciais com finalidades de comunicações, observação da terra, vigilância, meteorologia e navegação. Não há referência às perspectivas para o Centro de Lançamento de Alcântara, com a entrada em vigência do Acordo de Salvaguarda Tecnológica com os EUA. O grande desafio será tornar o Centro operativo para lançamento de satélites no prazo mais curto possível. Para tanto, serão necessárias medidas de caráter político para abrir ao Brasil as portas do importante mercado global espacial. A partir de agora, espera-se que o governo federal acelere e complete as mudanças na governança do setor e defina uma estratégia, de longo prazo, que dê previsibilidade para as eventuais empresas interessadas, não só dos EUA, mas de outros países, como França, Israel e Japão.

A política de defesa deveria determinar a política militar. As políticas de defesa e militar deveriam estar inseridas em uma política mais ampla: a política externa.

O documento aponta corretamente que as políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. “A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidas pela ação conjunta dos dois ministérios. A promoção do interesse nacional, em particular nos temas afetos a desenvolvimento e segurança do País, evidencia a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de diálogo entre a Defesa e o Itamaraty no sentido de aproximação de suas inteligências e de um planejamento conjunto.” Esse entrosamento ainda não é bem entendido nem pelo Ministério da Defesa, nem pelo Itamaraty, como demonstrado pelas poucas referências às questões de Defesa na retórica da política externa.

Centro de Defesa e Segurança Nacional

O Livro Branco reconhece que o trabalho e a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais (diálogos políticos) favorecem a capacidade de as políticas externa e de defesa se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, além de facilitar a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros. No plano regional, especialmente no sul-americano, sublinha o trabalho, a relação entre as políticas externa e de defesa no sentido de fomentar e ex-

pandir a integração regional, de maneira a fortalecer a ação sul-americana no cenário internacional. Deve ser, ainda, fator agregador na capacidade de articulação com os governos vizinhos para afastar ameaças à paz e à segurança na região.

O documento menciona diversas vezes a criação de uma carreira civil no Ministério da Defesa, como existe em outros países, mas até agora não se levou adiante essa política, que iria arejar a discussão hoje restrita ao meio militar das três forças, com todas as limitações e os interesses corporativos que acarreta. Analistas civis, por exemplo, seriam um primeiro passo para a desmilitarização dessas discussões. Nessa mesma linha, a criação de um Centro de Defesa e Segurança Nacional, iniciativa do Ministro Raul Jungmann, anunciada recentemente, poderá trazer contribuição importante para o debate sobre os temas de defesa e de segurança nacionais, a começar pela análise da PND e da END.

Pela sua importância, esses documentos deveriam ser elaborados por um Conselho de Alto Nível, integrado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por representantes da Câmara dos Deputados e do Senado e por representantes do Ministério da Defesa e do Itamaraty. O documento não deveria tratar de outros temas que não seja o lugar do Brasil no mundo e seus objetivos nacionais, no contexto de um projeto de país. O resultado deveria ser amplamente debatido pelo Congresso Nacional – ao contrário do que vem ocorrendo desde 1996, quando foi apresentado pela primeira vez – e por “*think tanks*” da sociedade civil que fizessem recomendações sobre as prioridades para a Defesa e os meios para alcançá-las.

13 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br